



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – CAMPUS II – DEPARTAMENTO
DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA.**

NILTON CÉSAR SILVA FERREIRA JUNIOR.

**MEMÓRIAS DE RUANDA: UMA DISPUTA PRESENTE NA SÉRIE BLACK
EARTH RISING.**

**Alagoinhas - BA
2024**

NILTON CÉSAR SILVA FERREIRA JUNIOR

**MEMÓRIAS DE RUANDA: UMA DISPUTA PRESENTE NA SÉRIE BLACK
EARTH RISING.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca examinadora do curso de Licenciatura Plena em História do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia – Campus II, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em História, sob orientação do Professor Doutor Ivaldo Marciano de França Lima.

Alagoinhas,
2024.

**MEMÓRIAS DE RUANDA: UMA DISPUTA PRESENTE NA SÉRIE BLACK
EARTH RISING.**

NILTON CÉSAR SILVA FERREIRA JUNIOR

Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima - UNEB
ORIENTADOR

Prof. Me. João Domingos Ngoma – Universidade de Luanda (Angola)
EXAMINADOR

Prof. Me. Fredson Timbira Dias dos Santos – UNEB DEDC XIII
EXAMINADOR

DATA DA APROVAÇÃO

Alagoinhas, 19 de julho de 2024.

NILTON CÉSAR SILVA FERREIRA JUNIOR
DISCENTE

AGRADECIMENTOS

Concluir uma graduação para quem necessita batalhar cotidianamente, a fim de conseguir manter o sustento diário não é fácil. Todavia, há quem torne o fardo mais leve e o caminho mais bonito. Quero agradecer primeiramente a força que rege este universo e o espírito de todas as coisas, seja ela única ou múltipla. Acredito na possibilidade de um poder supremo que nós, seres humanos, na ânsia de compreender o mundo, atender os nossos desejos e de recorrer, mediante nossas angústias, reproduzimos nossos valores e institucionalizamos através das religiões e práticas. Obrigado a mim mesmo por não desistir, apesar de tudo, e ao meu orientador, Ivaldo Marciano de França Lima, por dividir comigo os seus conhecimentos a respeito de África, orientar-me nesse percurso final da graduação, acreditar que sou um pesquisador em potencial e apostar a sua confiança no meu trabalho. Sou grato aos meus pais, Rita de Cássia Francisca de Oliveira e Nilton César Silva Ferreira, por me conduzirem sempre no caminho do bem, indicando as várias oportunidades que a educação poderia me oferecer e que eles, pelas condições sociais em que foram forjados, infelizmente não puderam ter, além de me educarem para olhar sempre para os mais vulneráveis, com respeito e condescendência, porque são eles os que mais necessitam. Obrigado ao meu amor, Cleiton Rocha Gonçalves, por nunca me abandonar, me ensinar a compreender a vida através de outra perspectiva e principalmente por me amar. Agradeço aos meus irmãos, Henrique Oliveira Ferreira, Erlen Oliveira Ferreira e Jenifer Oliveira Machado, vocês moram no meu coração, pois, foi com vocês que vivi os momentos mais bonitos da minha vida, juntos aprendemos a dividir, respeitar, confiar, proteger e amar, contem comigo para tudo.

Os meus professores foram indispensáveis para que eu me formasse. A UNEB dispõe de um quadro docente qualificado na pesquisa, na atuação em sala de aula e também sensível no trato humano, agradeço a cada um de vocês por dividirem comigo esses dias que eu passei no campus II, mesmo aqueles que ministraram componentes curriculares que não dialogam exatamente com a minha pesquisa. Mas quero registrar aqui o nome da professora Eliane Brito que o tempo todo acreditou em mim como um bom nome para o quadro da educação, que me encaminhou materiais para o meu Trabalho de Conclusão de Curso, me presenteou com um livro de provocações acerca da pesquisa histórica e me pediu para que não desistisse, a senhora será sempre lembrada por mim com muito carinho. Obrigado aos meus colegas de graduação que me auxiliaram de

diversas maneiras e pelo prazer de construirmos juntos uma trajetória dentro do campus II, especialmente Willian Pereira que, se não fosse pelas caronas oferecidas a mim no início da graduação, quando eu estava totalmente desamparado financeiramente, eu não chegaria até aqui. Quero agradecer também ao Irmão Rodolfo de Taizé, uma das pessoas com quem aprendi o valor da caridade, do trabalho social e da confiança, obrigado por contribuir na minha constituição enquanto profissional e ser humano. Obrigado também aos alunos que tive no decorrer da minha incipiente caminhada, vocês pavimentaram um caminho que ainda será muito longo. Gratidão a todas as demais pessoas que de alguma forma me estimularam a concluir a minha pesquisa e manifestaram interesse na construção do meu trabalho. Por fim, agradeço a UNEB por me permitir concluir a graduação em História, um sonho não só meu, mas de muitos iguais a mim. Acredito e continuarei depositando a minha confiança no ensino público e na educação como mecanismo de transformação da sociedade.

RESUMO: A série *Black Earth Rising*, disponível na plataforma de streaming Netflix, dispõe de uma narrativa sobre os contextos ocorridos no processo pós genocídio ruandês de 1994. Nos seus muitos episódios é apresentada uma versão que sugere uma leitura contemporânea dos acontecimentos da história ruandesa, especialmente aquela que diz respeito aos engendramentos e articulações advindas do processo posterior ao genocídio já citado. Este trabalho objetivou, a partir de uma análise crítica da história, discutir aspectos da história contemporânea ruandesa a partir da série *Black Earth Rising*, indicando os problemas existentes no campo História da África, ao qual Ruanda está inserida, no Brasil. Para este trabalho foi utilizada revisão bibliográfica específica, além da análise dos episódios da série já indicada.

Palavras chave: Ruanda, Memória, Cinema, África, Série

ABSTRACT: The series *Black Earth Rising*, available on the Netflix streaming platform, has a narrative about the contexts that occurred in the aftermath of the 1994 Rwandan genocide. In its many episodes, a version is presented that suggests a contemporary reading of the events of Rwandan history, especially that which concerns the engenderings and articulations arising from the process following the aforementioned genocide. Based on a critical analysis of history, this paper aims to discuss aspects of contemporary Rwandan history based on the series *Black Earth Rising*, pointing out the problems that exist in the field of African History, to which Rwanda belongs, in Brazil. For this work, a specific bibliographical review was used, in addition to analysing the episodes of the series mentioned above.

Keywords: Rwanda, Memory, Cinema, Africa, Series

Sumário

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 – ÁFRICA: DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES. UMA IMAGEM CRIADA SOBRE O CONTINENTE AFRICANO.	11
CAPÍTULO 2 – RUANDA, A LONGA DURAÇÃO E O GENOCÍDIO DE 1994	20
CAPÍTULO 3 - MEMÓRIAS DE RUANDA: UMA DISPUTA PRESENTE NA SÉRIE BLACK EARTH RISING.....	31
Após 1994.....	31
História e cinema	35
Black Earth Rising	37
Episódio 1 – Outras notícias	38
Episódio 2 – Olhando o passado.....	40
Episódio 3 – Fantasmas.....	42
Episódio 4 – Uma tigela de cereal	43
Episódio 5 – Os olhos do diabo	45
Episódio 6 – A natureza verdadeira do jogo.....	45
Episódio 7 – A coisa tá feia	46
Episódio 8 - A terra que perdoa	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	53

INTRODUÇÃO

Ao iniciar um projeto de pesquisa na Universidade, muitos questionamentos emergem, aliados ao medo de não atender as expectativas depositadas pela cultura da produção acadêmica. A escolha do tema, o problema a ser explorado, o recorte histórico, o professor orientador, a disponibilidade de fontes e uma bibliografia que dialogue com a perspectiva que será traçada no decorrer do trabalho são alguns dos elementos que perfazem a rotina de um pesquisador iniciante e que assustam, em certa medida, a nossa trajetória incipiente na pesquisa histórica. A parte disso, o resultado auferido e apresentado para aqueles que por ventura se interessam pelas linhas escritas, são a recompensa desse dispendioso exercício de quem se dedica a escrever. Advém daí a importância em criar um vínculo com o objeto a ser investigado e a partir dessa relação estreita, o historiador, com imparcialidade, conduzirá o fio de Ariadne.

Por esses, dentre tantos outros motivos, resolvi pesquisar um tema que alude a um episódio da história do país de Ruanda¹. A primeira vez em que obtive contato com esse recorte histórico foi por meio do filme *Tiros em Ruanda* (2005), quando ainda era um adolescente e, impressionado pelas cenas de sangue e carnificina, elaborei o simulacro de uma guerra tribal, dentro de um continente primitivo no qual as pessoas, por não atingirem um patamar de civilidade compatível com o mundo ocidental, matavam-se umas às outras. Mais tarde, na academia, em contato com as aulas de História da África do professor Ivaldo Marciano, outra África me foi apresentada.

Meu interesse pelo massacre dos ditos tutsis continuava. Assisti outros filmes, a exemplo de *Hotel Ruanda* (2004), *História de um Massacre* (2007), *Abril Sangrento* (2005) e *Árvores da Paz* (2022). Devorei os livros da escritora Scholastique Mukasonga e da sobrevivente tutsi Immaculée Ilibagiza, e também assisti aos vídeos no YouTube e à escassa literatura com tradução brasileira sobre o genocídio. Todos esses materiais que tive contato, na ausência de uma bibliografia mais robusta que me permitisse refletir com maior substância e rigor sobre Ruanda, me levaram a formar um ponto de vista que em certa medida flertava com o senso comum de considerar o episódio de 1994 como um genocídio. Esta conclusão, por mais que tenha algum sentido, pois houve sim um

¹ Ruanda é um país localizado na região dos Grandes Lagos da África centro-oriental, fazendo fronteira com Uganda, Burundi, República Democrática do Congo e Tanzânia; possui uma área total de aproximadamente 26.338 km²; a capital do país é Kigali e o idioma oficial é o inglês, embora falem-se francês, suaíle e o kinyarwanda.

genocídio em 1994, não é suficiente para definir o contexto ao qual se insere o episódio em questão. Sim, houve um genocídio, mas este só pode ser compreendido se inserido no contexto da longa duração, conforme Ivaldo Lima (2024).

Compreender o genocídio como um episódio isolado, reduz a história de um país inteiro à um evento destituído de racionalidade, desumaniza os sujeitos que compõem aquela sociedade e distorce a compreensão de que o continente africano possui seres humanos cômicos, protagonistas de sua própria história. O que produz um genocídio? O que justifica tantas mortes ocorridas em menos de cem dias? Estas reflexões só foram possíveis mediante o contato com um aporte teórico que permitiu compreender a história como um complexo de eventos engendrados. 1994 possui liames com o passado de um país marcado por vários episódios de massacres.

A escritora nigeriana Chimamanda Adichie, em seu livro “Os perigos de uma história única”, adaptado de uma palestra que ministrou para o TED Talks, adverte sobre esse olhar marcado pela estereotipia. Os discursos que reproduzem uma só versão da história podem impedir a compreensão dos eventos. Chimamanda chama a atenção para que se tenha uma metodologia de análise que contemple a diversidade presente em África, sem comprometer a legitimidade do trabalho científico e também apresentando o continente africano como dotado de contradições, ambientes multiculturais, modelos de organização variados, composto por várias línguas e muito mais configurações que vão além de um imaginário que em certa medida é semelhante ao que integra a “África brasileira”.

Procurei mostrar que África é bem diferente do que se pensa no Brasil, e Ruanda segue à risca. Outra inquietação me arrebatou a respeito do genocídio: Por que pessoas comuns participaram de uma matança tão peculiar? No livro “Eichmann em Jerusalém” (1999), Hanna Arendt faz uma análise, a partir do julgamento de Adolf Eichmann, sobre a execução de milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Sobre isto, ela elabora a expressão conceitual de banalidade do mal, como forma de compreender os mecanismos da morte como algo corriqueiro e comum. A figura medíocre e, aparentemente indefesa do oficial nazista, dentro de um ambiente de poder contaminando pela burocracia, aliado com o pragmatismo e a maldade institucionalizada, foi uma das principais contribuições para o sacrifício de quase uma comunidade inteira de judeus na primeira metade do século XX. Quase cinquenta anos após o término da Segunda Guerra Mundial e após a criação da ONU, aproximados um milhão de pessoas foram assassinadas, dentro de uma escala destrutiva maior do que o Holocausto e com requintes

de crueldade astronômicos. O genocídio de Ruanda, uma sociedade até então com pouca visibilidade para o restante do mundo, viveu um contexto em que milhares de pessoas foram assassinadas por vizinhos, familiares, amigos e/ou militares. As armas usadas foram machados e facas! O mal, na mesma acepção daquela ocorrida nos campos de concentração, esteve presente no episódio de 1994.

Sanadas essas angústias, pude então me propor a estudar o meu tema de pesquisa. Ao assistir a série *Black Earth Rising*, pude perceber que o tipo de abordagem presente nos oito episódios é diferente da maioria das produções audiovisuais sobre os ruandeses. A série não aborda sobre o contexto do genocídio em si, mas recupera este episódio a partir de conflitos que aparecem no decorrer dos capítulos, promovendo uma reflexão de possíveis batalhas que acontecem dentro de um panorama de construções identitárias que envolvem disputas de poder. A memória, dentro desse emaranhado discursivo de representações cinematográficas, aparece, na minha análise, como um dos principais elementos, uma vez que versões das histórias envolvendo os chamados tutsis e hutus aparecem no decorrer da trama e desvelam possibilidades de usos e instrumentalizações da legitimação de uma parte da história, em detrimento da outra. Nesse sentido, faço uma abordagem da história de Ruanda a partir da longa duração, com vistas a compreender o genocídio dentro de uma estrutura macro que é resultado de longos processos históricos que envolvem os povos desse país (Lima, 2024). Em seguida, com base na análise de uma historiografia atinente aos estudos da relação entre História e Cinema, discorro sobre as disputas de memórias que se reportam aos tutsis e hutus dentro de um panorama imagético que representa, ficcionalmente, a história posterior ao genocídio.

Esta pesquisa não pretende dar conta de tudo que aconteceu em Ruanda, pois seria muita pretensão achar que um só trabalho cumpriria tal tarefa. O que escrevi aqui são linhas passageiras, passíveis de substituição e suscetível a erros, mas é também o resultado de um esforço empreendido para responder algumas indagações que julguei necessárias para o desempenho de uma abordagem científica. Boa leitura!

CAPÍTULO 1 – ÁFRICA: DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES. UMA IMAGEM CRIADA SOBRE O CONTINENTE AFRICANO.

Antes de discutir sobre Ruanda, o pequeno país localizado no continente africano que faz fronteira com o Burundi, a República Democrática do Congo, Uganda e Tanzânia, é pertinente fazer uma discussão sobre as leituras que se tem a respeito daquele continente e a perspectiva que será utilizada neste trabalho, a fim de garantir uma análise mais justa possível a respeito do objeto, bem como uma provocação ao leitor que possivelmente entrará em contato com esta pesquisa.

É importante entender África como um emaranhado de discursos que ora convergem e, na maioria das vezes se distanciam, na medida em que análises contundentes e minuciosas se estabelecem para uma investigação mais coesa. Todavia, por qual motivo o ocidente, inclusive o Brasil, está inclinado a compreender o continente africano como uma unidade e em que medida isso implica em concepções imprudentes que desumanizam, essencializam e embrutecem os povos que lá habitam?

Um argumento plausível para dar conta dessa problemática que envolve o continente africano e os seus diversos povos é que a forma com a qual uma perspectiva universalizante de África é instrumentalizada serve para atender demandas políticas e não científicas. A origem dessa disfunção conceitual pode ser atribuída ao Movimento Pan-africanista que, embora tenha surgido na segunda metade do século XIX como contraponto as teorias raciais, e potencializado o enfrentamento contra o colonialismo ocidental, caiu na armadilha do espelho invertido, colocando-se no lugar oposto daqueles que acreditavam estar combatendo. Há inúmeros problemas de abordagens no que tange as representações distorcidas sobre o continente africano. Para Appiah, esse movimento, que teve como principais precursores os negros dos EUA e das Antilhas, como Blyden, Garvey e W. E. B. Du Bois, consiste na elaboração de representações que inventam uma África homogênea e ancestral a todos os negros do mundo (Appiah, 1997). Alexander Crummell (1819-1898) defendia a ideia da homogeneidade racial dos africanos. A África foi pensada como um continente formado por um único povo. Já Edward W. Blyden (1832-1912) refutava o preconceito racista de inferioridade do negro e atribuía as diferenças entre negros e brancos ao meio geográfico e ao processo de opressão sofrido pelo continente. Para Blyden, as estagnações social e política do continente africano derivavam tanto do isolamento da África da porção “progressiva” da humanidade, como da “influência nefasta” do tráfico de escravos introduzido pelos europeus”. Merecem

destaque ainda, os discursos de William Edward Du Bois (1868-1963) e Marcus Garvey (1887-1940). O primeiro aceitava as diferenças entre brancos e negros fora de qualquer hierarquia e tão somente enquanto complementares, enquanto o segundo acreditava estar predestinado a tornar-se um dirigente para seus irmãos de raça. Imbuído desse propósito e objetivando a preparação dos negros para recuperar a “África para os africanos”, criou em 1914 na Jamaica a Associação Universal para o Aprimoramento do Negro (UNIA). Nesse sentido, uma das principais questões do panafricanismo é a transformação da África em uma espécie de Estados Unidos da África, cujo idioma seria o inglês e a religião oficial o cristianismo reformado (Appiah, 1997). Isso implicaria em aceitar uma heresia antropológica, pois, subentende-se que os diversos povos que existem em África e que divergem na língua, costumes, fenótipos, hábitos, crenças etc. são todos iguais. Esse tipo de análise e perspectiva, distorce a compreensão do que verdadeiramente consiste no continente africano, além de incorrer no erro de cometer anacronismos no sentido de reconhecer a existência de um território somente a partir do processo de colonização e escravidão. A fusão entre a militância e o conhecimento acadêmico compromete o fazer científico na medida em que há uma intencionalidade por trás da investigação, as respostas irão dialogar sempre com os interesses e ideias do ativismo intelectual, condicionando a construção do conhecimento (Lima, 2019).

O conceito de “diáspora” é amparado pelos mesmos motivos que buscam compreender a questão judaica, e lançar mão dessa forma de entender os diversos povos africanos seria condicioná-los à ideia de unidade, além de sugerir a existência de uma comunidade transnacional e de herdeiros daquele continente, resultado da herança das influências do panafricanismo que norteiam muitos estudos sobre África. “Diáspora” e “raça” homogeneizam o que é bastante diverso e singularizam algo absolutamente plural que é a história da África.

A visão equivocada acerca do continente africano, na perspectiva dos Estados Unidos, diminuiu durante os anos 60, quando houve as diversas independências das nações africanas. Muitas viagens entre a América e a África passaram a acontecer, bem como a transmissão dos problemas que afetavam aquele território. Todavia, talvez pela dimensão continental que tem os EUA, os norte-americanos vislumbram a África como um único país, esquecendo que há mais de cinquenta países diferentes em seus aspectos culturais, geográficos, demográficos, políticos etc.

O território do continente africano é o mais tropical, tem 30 milhões de quilômetros quadrados, três vezes maior que o tamanho dos estados Unidos, e a geografia

política consiste em cinquenta e quatro nações modernas, incluindo repúblicas insulares, cuja dimensão linguística é absurdamente ampla, como a Nigéria, por exemplo, que possui mais de 300 povos, falando línguas diferentes. A geografia física consiste nas maiores elevações, depressões, os maiores lagos e a fonte do rio mais longo do mundo. Os seus vastos planaltos já proveram o sustento e o refúgio para as populações mais densas e produtivas da África. Outras populações densas se alocaram em regiões próximas dos rios e lagos, além das partes do litoral. Os grandes lagos ficam situados no solo do Vale da grande Fenda, enquanto os lagos mais rasos estão nas regiões de savana e em outras partes do continente.

Há também um percentual bastante árido no continente africano: o deserto do Saara, no norte da África; e os desertos da Namíbia e do Kalahari, no sul, que recobrem parte da Namíbia e Botsuana. Também existem partes do Chifre da África que estão evoluindo de savana para deserto. A área rural é habitada por pastores e lavradores que vivem nas savanas, que somam 10 % da paisagem do continente africano. Os povos que vivem no continente africano tiveram de se ajustar à ambientes desafiadores, a exemplo dos caçadores-coletores San que se adaptaram as condições rigorosas dos desertos da Namíbia e Kalahari, os criadores de gado Nuer e Dinka, que vivem em migrações constantes no Sudão, e os pastores Fulani e pescadores Bozo, que mediante as recentes secas e fome no Sahel continuam a praticar padrões na criação de gado. Os insetos também são comuns, sobretudo nas regiões de florestas tropicais úmidas, bacias lacustres e vales dos rios, fazendo com que as pessoas tenham de lidar com diversas moléstias que assolam o continente africano, como a malária, por exemplo:

(...) Quando os americanos estudam África, eles deviam lembrar que as pessoas que vivem em ambientes tropicais úmidos, têm de enfrentar diariamente uma variedade muito mais ampla de formas de vida – e doenças que ameaçam a vida – do que fazem aqueles que vivem em climas temperados como aquelas da América do Norte, da Europa ou do Japão. (Kapoya, 2015, p. 21).

Apesar de não ser superpovoada, a taxa de crescimento populacional, as regiões áridas e semiáridas e a escassez de terras aráveis criam a impossibilidade de no futuro a África alimentar o seu próprio povo. A criação de bolsões populacionais se deu pelo fato de existirem, historicamente, concentração de pessoas em regiões bem irrigadas, próximas de lagos, com uma terra cultivável e minerais úteis. No litoral há uma população densa assentada, especialmente no Magreb e no Delta do Rio Nilo, onde o deserto se

transforma em terras férteis. O litoral da parte ocidental da África também é bastante assentado, entre os rios Senegal e Congo. Do Chifre Africano Oriental até o rio Zambeze, estão as populações mais densamente assentadas da África Oriental, apesar das poucas florestas tropicais e do clima árido. A densidade populacional e os assentamentos são semelhantes entre a região da África oriental e o sul do Rio Zambeze, na região do sul da África, exceto nos desertos da Namíbia e do Kalahari. A ilha de Madagascar, bem como nações insulares menores, a exemplo de Seychelles, Comores e Maurício, junto com as ilhas de Cabo Verde, estão entre os países mais densamente populosos da África. A densidade populacional aumentou na África após o final da Segunda Guerra Mundial e essa densidade varia entre as nações africanas e dentro delas e apesar do fato de que uma grande parte das pessoas ainda vivam na zona rural, altas taxas de migração foram constatadas, gerando um problema grave de desemprego e superpopulação.

O desenvolvimento dos povos em diferentes regiões do continente africano foi marcado também pela diversidade linguística e de costumes. A partir da interação com os descendentes dos colonos originais e com imigrantes, estilos de vida foram se definindo, ou seja, a língua e a cultura são basicamente a mesma coisa. O exemplo da Nigéria, que possui povos como os Haussa, Iorubá, e Ibo, ou o exemplo do Quênia com os Quicuiu, Luo, Kalenjin e Lhya demonstram suas diferenças linguísticas, sistemas de parentesco, rituais e costumes dentro de um mesmo território geográfico. No interior de cada povo existem subdivisões, tornando ainda mais complexa a variedade linguística.

Segundo Greenberg, linguista norte-americano, haviam quatro famílias de línguas africanas: a Afro-asiática, a Niger-congolesa, a Nilo-saariana e a Koisana, e todas as muitas centenas de línguas e milhares de dialetos falados no continente africano possuem relação com essas quatro famílias. A família mais difundida é aquela que Greenberg nomeou de Niger-congolesa, incluindo as subfamílias Mande e Kwa da África Ocidental e a subfamília Bantu, a mais extensa de toda a África. A língua Bantu mais falada e difundida na África Oriental é o Suaíli, que durante o último milênio foi incorporando palavras de imigrantes árabes, asiáticos e europeus, uma vez que era a melhor forma de comunicação e contato nas cidades situadas na margem índica, em decorrência do comércio árabe-muçulmano. Na região do norte da África, a língua mais falada é o árabe que, junto com o hebraico, faz parte da subfamília semítica e junto com outras as outras quatro subfamílias compõe a família Afro-asiática de Greenberg. Na medida em que a língua está associada a cultura, os povos africanos desenvolveram mais de 800 culturas distintas que se diferem, mas também compartilham características em comum.

Diante de tanta complexidade e da dinâmica social atípica do continente africano e seus diversos países, é impossível refletir sobre qualquer fenômeno que aconteça em um país africano, sem levar em consideração as especificidades e as minudências que compõem o tecido social desse país, e fazer qualquer coisa que se distancie desse compromisso pode comprometer o entendimento de práticas e costumes, vilipendiando a existência de seres humanos. É por isso que esse movimento de autoafirmação e resistência às opressões inverte a lógica do colonialismo, mas também enxerga os indivíduos a partir da mesma prerrogativa apriorística, ou seja, reforça a ideia de que homens e mulheres podem ser classificados a partir de uma dada condição fenotípica. É plausível a ideia, portanto, de que o colonialismo contribuiu tanto para a formulação da raça quanto para a própria África e legitimou uma ideia sobre o continente que alude às noções de precariedade, barbárie e atraso:

(...) Duas Áfricas, portanto, surgem de um complexo e intrincado século XIX. A África selvagem, atrasada, e aquela pertencente a raça negra, que tem em seu solo homens e mulheres com um destino comum e uma natureza única. Este contexto, ao longo dos tempos, ganha novos contornos e significados, mas permanece alimentando representações sobre a África. Esta, por mais que esteja habitada por povos dotados de línguas, costumes, práticas e hábitos diversos, segue sendo percebida como uma, homogênea e sinônimo de tons de pele negra. A esta percepção são agregados outros valores, qual seja, a de que todos deste continente praticam o candomblé, tem um determinado tipo de cabelo e tom de pele, e estão inseridos em valores culturais dotados de alguma unidade. (Lima, s/d, p. 6)

Ou seja, a África se tornou uma construção idealizada por discursos que penetram o imaginário das pessoas e balizam, inclusive, pesquisas e trabalhos acadêmicos nos quais os homens e mulheres de África são denominados “negros” e “africanos”. Corroborar com essa lógica é negar os elementos que compõe a noção de povo ou nação cujas memórias, língua, religiosidade, hábitos e costumes são fundamentais para uma compreensão mais assertiva:

(...) Em certo sentido, no entanto, nossa afirmação sobre o contexto atual dos povos que vivem no continente africano é de que parte destes foi objeto da ação colonial, e de tal modo estabeleceram ressignificações e operaram mudanças em seus hábitos, usos e costumes. Em outras palavras, estamos afirmando que tanto no âmbito do espaço, no seu sentido macro, como nos aspectos da prática e dos costumes, o continente africano e seus povos são resultantes de invenções, criações em que estão

presentes os discursos e as representações dos colonizadores e dos grupos que reagiram a estes. (Lima, s/d, p. 8)

Alguns exemplos foram utilizados por Ivaldo Lima para contextualizar melhor esses argumentos, como os povos que vivem no que hoje são conhecidos por Angola e Guiné Bissau.

Ivaldo Lima afirma que Angola é uma construção no sentido político, histórico e cultural oriunda do processo colonial, e o seu território geográfico é habitado por diversas comunidades culturais que podem ser classificadas como “bantos” e “não bantos” que receberam interferência dos colonizadores (Lima, et al, sd). Os Sans, por exemplo são um conjunto de várias comunidades que foram forjadas a partir da carta étnica de Angola – Documento que faz um levantamento dos povos, elaborado entre 1962 e 1963. Os Sans possuem traços da sua configuração inicial, apesar das influências de outros povos regionais e da colonização portuguesa. Eles fazem parte do grupo khoisan (não negro e não banto) e são repartidos entre dois grupos: Mucuncalas e Cassequeles (pessoas de tons de pele amarelados) e Casamos ou Vazamos (pessoas de tons de pele negros). São praticamente caçadores e coletores e seu regime alimentar se constitui a base de plantas, frutos silvestres, carne de caça e mariscos e, em decorrência de seus códigos genéticos, hábitos e práticas/costumes culturais, constituem grupos que habitavam vastas extensões territoriais do que hoje nomeamos por África.

A expansão banto empurrou estes povos para as regiões em que se encontram atualmente (Fourshey et al, 2019). Na cultura desse povo, as crianças coletam alimentos vegetais e também outros de origem animal, não há agricultura nem pecuária e o cão é o único animal doméstico. A mulheres tem certo destaque, pois participam da atividade de coleta através de um instrumento fabricado para esta finalidade, cuja composição é um pau com um anel de pedra. Sua unidade política e social é constituída por caçadores liderados por aquele que tem mais habilidade, dentro de um grupo de não mais que cinquenta indivíduos. Os Sans são monogâmicos, vivem basicamente da caça e da coleta, acreditam em uma única divindade e na influência dos espíritos, suas manifestações artísticas se dão por meio de pinturas em rochas e as características físicas predominantes nos Sans são: pequena estatura, cor de pele amarelada, cabelos encarapinhados e corpo glabro. Eles vivem uma vida muito rudimentar dentro de Angola e países próximos, atravessados pela vulnerabilidade social, precariedade e exclusão, além da falta de

representação política que fragiliza ainda mais a existência de seus indivíduos (Lima, et al, s/d).

Os Vambalundu, que vivem no reino de Ombalundu e pertencem ao povo Ovimbundu, estão situados em Angola e habitam na província de Wambu. Ombalundu é dirigido por administradores comunais, está organizada por aldeias, comunas e bairros. Existe um ritual de iniciação preparatório, conduzido por um ancião e a passagem por esse ritual, na escola de iniciação, confere o status de homem ou mulher que passa a fazer parte dos acontecimentos da vida na comunidade. Os homens são educados para serem excelentes trabalhadores, caçadores, oradores e pais de família, enquanto as mulheres são treinadas para serem donas de casa e mães. As mulheres também são ensinadas sobre a prática do coito e a sua importância no processo da procriação. O casamento, ou alombamento, é constituído de quatro etapas: okutambela (sedução da noiva); ocitindiko (presente dado a família da noiva); ovilombo (entrega de presentes à família da noiva) e culmina com o casamento. Na política, o acesso ao poder se dá por meio da entronização, uma espécie de ritual no qual primeiramente apaga-se o fogo dos alpendres, há a exigência de que o eleito tenha frequentado a Ekwenje e saiba a realidade da comunidade, precisa estar presente no akoko (jazigo onde são colocados os crânios dos reis sepultados), deve também narrar a história da comunidade, beber líquido no crânio de seu antecessor e dividir o fogo com seus súditos. Os casos da comunidade são resolvidos no ekanga (tribunal) (Lima, et al, s/d).

Para os Mandjakus, um dos povos da Guiné Bissau, os espíritos, fantasmas e feiticeiros estão por trás das mortes e o óbito costuma envolver todos os membros da comunidade, com destaque especial para a morte de um soberano que é considerada uma questão muito séria e é seguida de um ritual específico no qual este é colocado numa y'okacalo (cadeira real), com uma corda no pescoço que é puxada todos os dias até que a cabeça caia no chão. A transmissão das linhagens, bens e funções são feitas pelas mulheres Mandjakus e é no seio familiar onde são transmitidas as funções procriativa, educativa e econômica e o tio materno tem um lugar de destaque, pois, é semelhante a função do pai biológico. Os Mandjakus adoram as almas dos seus antepassados e fazem festas celebrando a lavoura em devoção, pois, creem que esses são capazes de lhes proporcionar benefícios. Os ussai, beni ou kansaré, na acepção do povo Mandjakus são anjos/espíritos de proteção e justiça que estão presentes no nascimento e na morte e os cordões umbilicais são enterrados nos altares desses anjos, mas existe a crença também

em uma divindade superior chamada Naciën Batchi, cujos mensageiros são denominados de Getchai/utchai (irãs ou irã) (Lima, et al, s/d).

Guiné Bissau tem vários povos, a exemplo dos Balanta/Brasa, Fula, Mandinga, Mandjaku, etc. Os Mandjakus se identificam como um povo com costumes, hábitos, cultura, língua e demais elementos que lhes confere uma certa identidade, eles correspondem a 8,3 % da população do país e a sua identidade é marcada pela diversidade na língua e seus dialetos. A sucessão pode se dar por meio de via patrilinear ou matrilinear. Ou seja, a sua configuração enquanto povo possui vários arranjos e é a partir disso que eles se constituem e resistem, em alguma medida, aos movimentos de homogeneização e repressão.

Esses exemplos trazidos pelo pesquisador são apenas uma amostragem diante do contingente de povos que existem no continente africano e a dinâmica que rege as suas vidas. Assim como Angola e Guiné Bissau, que são países situados em África, Ruanda também traz consigo intrincado engendramento de práticas e costumes, apesar de não reunir em seu solo diversidade de povos, pois, ao contrário dos dois países citados, teve suas fronteiras mantidas em conformidade com o período anterior às invasões do imperialismo do século XIX, Nem todas as fronteiras em África, ao contrário do que se diz, são tributárias da Conferência de Berlim (Döpcke, 1999). Estudar Ruanda implica em abrir mão de alguns preconceitos a fim de não comprometer a pesquisa científica, não há como dizer simplesmente que irmãos e irmãs saíram a matar uns aos outros como se não tivessem sentimentos, pois, sugerir tal argumento seria destituir tutsis, hutus e twás de suas próprias histórias e desumanizá-los. Além disso, conforme Mamdani (2002), estes termos não se referem à nomes de povos distintos, mas às identidades políticas, construídas ao longo do processo histórico vivido pelo que havia antes do período das invasões do imperialismo da Europa do oeste, nos estertores do século XIX. Hutus, tutsis e twás integram o povo banyarwanda, e falam a mesma língua, o kinyarwanda.

Existe um abismo evidente entre os modelos de representação do continente africano e o que de fato acontece nos múltiplos territórios e seus vários povos que lá habitam. A cultura é o fator primordial para levar em consideração durante o processo de investigação dos povos, pois, esse aspecto é o que diferencia os homens e as mulheres nas diversas sociedades, tendo a língua como elemento mais significativo, por exemplo, do que a cor da pele.

É historicamente verossímil a ideia de que a África seja o berço da humanidade e de que todos nós possuímos um “pé” lá (Connah, 2013), todavia o equívoco comum entre

os intelectuais da corrente dita diaspórica, consiste em deslocar a investigação historiográfica para o âmbito da militância (Lima, 2019) – que tem sua função social – comprometendo a imparcialidade e rigor de análise no processo de construção de conhecimento científico. É preciso ir além da prerrogativa da luta de classes e da racialização dos indivíduos, para construir uma historiografia pautada nos paradigmas de uma História científica, analítica, imparcial e legítima, ainda que esta seja uma tarefa hercúlea. Por mais que a objetividade seja algo inalcançável, imprimir perspectivas que apontem para uma objetivação da pesquisa é importante para que os resultados da tradução dos fenômenos não se percam no meio do caminho.

A escravidão, a partilha da África e o colonialismo despertaram um sentimento de nostalgia muito mais imaginária e simbólica do que real, visto que os descendentes dos escravos se tornaram vítimas de um sistema de opressão que tem como objetivo principal a manutenção de privilégios e o lucro com a exploração do trabalho. Entretanto, o debate aqui proposto é o da desconstrução desse simulacro de África, a partir da leitura de uma historiografia que permite avaliar a diversidade inerente daquele continente. Se por um lado, o interesse proclamado é sobre a emancipação plena dos negros a partir da prerrogativa da ancestralidade, por outro, esse tipo de apropriação deturpa a ideia de liberdade e emancipação quando não há o entendimento real sobre as idiossincrasias inerentes à dinâmica de funcionamento das sociedades de um modo geral, mas nesse caso em especial das africanas.

A ideia de cultura a partir da cor da pele, insere as pessoas em um processo de desumanização e compromete o trabalho científico e pedagógico. Não é raro associar intelectuais negros às pesquisas científicas do campo das ciências humanas que algum modo possuam liames entre os temas “África” e “raça”, mas é preciso considerar que a condição biológica não deve ser tomada como pressuposto para a feitura desta ou daquela pesquisa, e seus resultados são parte de um processo a ser feito, e não garantido a priori. Negros ou pessoas com tons de pele não brancas, não devem ser vistas como “corretas” para fazerem pesquisas sobre determinados tipos de temas, a exemplo da história da África. O negro é construção e não condição, quando o assunto é debater o continente.

CAPÍTULO 2 – RUANDA, A LONGA DURAÇÃO E O GENOCÍDIO DE 1994

Para compreender o que aconteceu em aproximadamente 100 dias no ano de 1994, no pequeno país que até então tinha sua existência ignorada pela maior parte do mundo, sem cometer injustiça contra as pessoas que compõem o tecido social de Ruanda, é imprescindível buscar um aporte teórico que permita o mínimo de sensatez na análise dos fatos. Muito embora este trabalho não tenha como objetivo principal a reflexão sobre a matança, na medida em que este episódio se destaca na história daquela população e, por conseguinte, torna-se objeto de inúmeras representações que abarcam as possibilidades de como a vida acontece antes, durante e depois disso, é fundamental compreendê-lo em sua totalidade. Nesse sentido, trabalharemos com a perspectiva do entendimento da longa duração a fim de investigar os grandes problemas das estruturas sociais que ligam a história ao presente (Braudel, 1978; 1983; 1984). Entender, portanto, os mecanismos sociais que contribuíram para viabilizar a morte de quase um milhão de pessoas, em sua maioria os chamados tutsis, implica, nas condições de produção científica em que a gente se encontra, do ponto de vista da análise histórica e historiográfica, em reconhecer a necessidade de recorrer a esta perspectiva de análise.

No final do século XX, o mundo testemunhou o assassinato de pessoas em massa, praticados por seus vizinhos, parentes, cônjuges, colegas de trabalho e pessoas próximas que empunharam, sobretudo seu instrumento de trabalho, o facão, num frenesi assassino. Segundo Ivaldo Lima (2024) e Hatzfeld (2005), também foram usados machetes. A peculiaridade do que aconteceu em Ruanda, último genocídio do século XX, gerou preocupações no âmbito acadêmico a fim de entender o fenômeno, algo fundamentalmente importante. Entretanto, a necessidade de respostas imediatistas interferiu na compreensão do longo processo que envolve um movimento complexo histórico, social e cultural, necessários para entender melhor o que aconteceu. Essas abordagens imediatistas reduzem o genocídio à um conflito entre duas etnias, a partir de evidências empíricas coletadas no momento imediato do genocídio, gerando narrativas despolitizadas, essencialistas e a-históricas. Portanto, é inegociável ultrapassar tais compreensões e situar os indivíduos dentro de estruturas que contribuem para o seu comportamento, já que há um tempo longo no qual os aspectos alusivos aos acontecimentos da história possuem conexões profundas com o passado e com estruturas quase fixas, e que há, nesse sentido, um tempo curto em todas as formas de vida: social,

econômica, literária, institucional, religiosa e mesmo geográfica. Mas isso não é tão simples, como adverte Braudel:

“Entre os diferentes tempos da história, a longa duração se apresenta assim como um personagem embaraçante, complicado, amiúde inédito. Admiti-lo no coração de nosso mister não será simples jogo, a habitual ampliação de estudos e curiosidades.” (Braudel, 1978, p.525).

Por isso, o objetivo é reunir todas as histórias possíveis de Ruanda, dentro das limitações desta pesquisa, cujas minudências podem dar maior significado ao contexto de 1994.

O mito, por exemplo, é um recurso bastante presente em grande parte das sociedades situadas no continente africano. Na acepção de Everaldo Rocha, o mito é uma maneira de compreender a si mesmo e ao mundo, tendo em vista a maneira como as diversas sociedades têm utilizado esse discurso como uma das possibilidades de refletir sobre a própria existência. Nesse sentido, o mito é polissêmico, pois carrega em sua configuração representações simbólicas que possibilitam interpretações diversas que, inclusive, podem interferir na forma de compreensão em torno dele, caso não haja o empreendimento da devida atenção na análise. O mito não é necessariamente uma mentira, mas atrai a interpretação. O mito funciona socialmente, seja como um desejo pelo conhecimento, seja pela necessidade de respostas sobrenaturais ou mesmo em função de salvaguardar uma dada moralidade (Rocha, 1996). Ruanda é um país atravessado por mitos, seja em relação à dada ancestralidade, disputa de poder ou suas diferentes construções sócio-históricas culturais, e isso garantiu a organização social, cultural e política do país em diversos momentos da história.

Na mitologia ancestral ruandesa, Gihanga, pai de Gatwa, Gatutsi e Gahutu, deixou cada um de seus filhos responsáveis por uma cabaça de leite, a fim de verificar qual deles seria o mais merecedor de sua herança. Gatwa não foi considerado digno, por ter pegado no sono e derrubado a cabaça de leite; Gahutu foi condenado a trabalhar para Gatutsi, por ter bebido o leite; Gatutsi, por ter se mantido vigilante, tornou-se o sucessor de Gihanga, recebeu rebanhos de vacas e foi isento dos trabalhos manuais. Esse mito de origem desempenhava a função de legitimar a presença e hierarquia dos tutsis naquele território:

A relação entre eles era feudal – os Tutsis eram senhores e Hutus seus vassallos. Os Hutus formavam a clientela dos Tutsis. Eram camponeses que viviam do que plantavam. Entregam uma parte da colheita ao seu

senhor, em pagamento pela proteção e pelo uso de uma vaca (os tutsis tinham o monopólio das vacas e um Hutu somente podia arrendá-la de seu senhor). Tudo exatamente como no feudalismo – a mesma dependência, os mesmos costumes, a mesma proteção (Kapuscinski, 2002, p.187).

Hutus e tutsis constituem termos que remetem muito mais à divisão social do que características culturais. Conforme Vansina (1985; 2012), as evidências de que constituem um só povo reside na língua que é compartilhada por ambos os grupos na região dos grandes lagos. Além disso, há inúmeros mitos que fornecem pistas para a compreensão de como se construiu esta divisão social, que é atualmente compreendida como uma cisão ou diferença substancial de dois povos ou grupos. Integram um só povo, e de certo remetem às disputas ocorridas nas sociedades que construíram. Em Ruanda há muitos mitos que foram soterrados pelo mito de origem cujo objetivo principal era legitimar a supremacia tutsi. Todavia, essas conjecturas são baseadas na tradição oral do país, já que os ruandeses não tinham escrita e as raízes pré-coloniais das relações existentes entre as duas categorias sejam de difícil acesso, tornando a história desse país perigosa:

“Portanto, a história de Ruanda é perigosa. Como toda história, ela é um relato de sucessivas lutas pelo poder, e em grande medida o poder consiste na habilidade de fazer com que os outros aceitem sua versão sobre a realidade – mesmo, como é frequentemente o caso, quando essa versão é escrita com o sangue deles” (Gourevitch, 2006, p. 46).

Durante a conferência de Berlim (1884-1885), Ruanda foi concedida à Alemanha, todavia, já existia um estado centralizado no leste do Lago Kivu, desde o século XV, o reino dos banyaruandas cuja figura central era o mwami, um soberano de caráter sagrado da aristocracia tutsi que subordinava os hutus (camponeses) e os twas (empregados domésticos). Nesse sentido, o que se estabelecia no pequeno país da região dos grandes lagos era um sistema análogo ao de castas, no qual a medida de prestígio era a propriedade de rebanhos. Os banyaruandas, contudo, possuíam uma única língua e dividiam hábitos e costumes em comum, permitindo, inclusive, que tutsis descessem na escala social e se tornassem hutus e vice-versa, o que em certa medida constitui óbice para que tenhamos o sistema de casta como melhor definição para explicar a sociedade ruandesa. O mito de origem sustentava a desigualdade entre os grupos e não a respeito de sua origem em comum. Quando os alemães se instalaram, enfrentaram inúmeras revoltas e ajudaram os

tutsis contra os hutus, até o momento em que perderam o território para a Bélgica, em decorrência da Primeira Guerra Mundial.

Depois da Guerra, a África Oriental foi dividida entre belgas e britânicos e, como se sabe, Ruanda passou ao domínio dos belgas que, a mão de ferro, promoveram a manutenção da hierarquia tutsi e a exploração dos hutus, principalmente nas lavouras de café, gerando, inclusive, revoltas:

Com a conquista colonial belga em 1921, a administração colonial na tática de dividir para governar utilizou as diferenças sociais inerentes à sociedade pré-colonial ruandesa e privilegiou um grupo em detrimento do outro. Os colonizadores europeus não criaram essas diferenças do nada e sim de realidades sociais historicamente construídas, porém inovaram em criar uma nova diferenciação social: a racial (Santos Júnior, 2012, p. 4).

Quando a Liga das nações transferiu Ruanda para Bélgica, essa divisão passou a ser o pilar central da política colonial. Os belgas levaram militares, oficiais administrativos, clérigos e alguns cientistas que, por meio de instrumentos manuais, pesaram e mediram os ruandeses a fim de aferir a capacidade craniana e os tipos de narizes, classificando os tutsis como mais nobres e aristocratas, enquanto os hutus foram avaliados como inferiores, rústicos e de traços brutos. Criou-se a imagem de uma raça de soberanos guerreiros e imponentes, e outra raça de subordinados camponeses, numa época em que as teorias raciais estavam em evidência na Europa. John Hanninh Speke estudava a África Central nesse período e criou a chamada hipótese hamítica, sustentada pelo argumento de que toda cultura e civilização na África Central havia sido introduzida por um povo alto e de aparência distinta de origem caucasóide e descendente do rei Davi, superior aos nativos. No Diário da descoberta da fonte do Nilo, Speke discorre sobre a inferioridade física e moral dos povos primitivos, pautado na passagem bíblica de Noé que amaldiçoou a geração de seu filho Cam. A partir disso, Speke viu uma saída no colonialismo que poderia “salvar” o “negro” e identificou uma “raça superior” nesse povo, uma raça que criava gado, tendia a dominar os negróides e tinha uma aparência com traços próximos dos brancos, denominados de “semi-sem-hamítica” de cristãos perdidos que, com uma educação britânica, seriam superiores tal como os ingleses.

Em 1931, os belgas empossaram um mwami considerado mais subserviente, Mutara Ruadahigwa, que se converteu ao catolicismo e em seguida empreendeu uma campanha que transformou Ruanda no país mais católico da África. Após isso, por volta

de 1933-34, fizeram um censo que contabilizou 85% de hutus, 14% de tutsi e 1% de twas habitando Ruanda. Deste modo, impuseram carteiras de identidade “étnicas”, inviabilizando a transformação de tutsis em hutus e vice-versa, consolidando uma política separatista e reforçando o mito da superioridade tutsi. As carteiras de identidade passaram a ser um marcador social e, embora tutsis e hutus ainda convivessem de maneira harmônica, casassem e se relacionassem entre si, partilhando dos mesmos usos e costumes, a ideia de uma identidade coletiva começou a se dissolver a partir de educação que legitimava as noções de superioridade e inferioridade raciais, provocando cada vez mais uma distância maior entre os dois grupos.

Ao longo dos anos 1950, sobretudo após o final da II Grande Guerra Mundial, os belgas começaram a ser pressionados para a preparação da independência do país de Ruanda, e os ativistas hutus passaram a reivindicar os direitos da maioria, se reapropriando do mito hamítico, através do argumento de que os tutsis eram invasores e que, portanto, Ruanda era um direito da maioria hutu. Em março de 1957 o “Manifesto hutu” reivindicava o direito da maioria. A tensão entre tutsis e hutus aparentemente cresceu após o subchefe da província de Gitarama, Dominique Mbonyumutwa, em 1º de novembro de 1959, ser espancado por um grupo de homens, o que desencadeou uma série de ataques perpetrados contra autoridades tutsis. O caso de um mwami que havia reinado quase trinta anos, popular entre muitos hutus e que foi supostamente assassinado, por meio de uma injeção letal após uma viagem feita ao Burundi para tratar de questões de saúde, também foi uma situação que acentuou a tensão entre os dois grupos (Fonseca, 2013 a; 2013 b, 2016).

Em 1960, o coronel Longiest organizou um golpe de Estado, substituindo chefes tutsis por hutus, e deste modo organizaram eleições nas quais os hutus conquistaram aproximadamente 90% dos cargos mais importantes, provocando cada vez mais a insurgência de hutus contra tutsis e o desalojamento intempestivo e exorbitante destes, além da evasão em massa para o exílio. Em janeiro de 1961 os belgas convocaram as lideranças hutus, a monarquia foi abolida, a república instaurada e a ordem foi invertida de cabeça para baixo, porém com o componente da cultura da violência muito mais exacerbada.

Estudar o genocídio ou a matança, nesse sentido, implica em compreender a impossibilidade de qualificar as pessoas que estiveram presentes naquele momento entre boas e más simplesmente. As posições se invertem ao longo da história, não houve sujeitos ativos contra sujeitos passivos, mas um sinistro estopim que foi o resultado de

uma complexa trama histórica. A questão indispensável é buscar meios que viabilizem a cristalização dos fatos que compuseram o evento, bem como os desdobramentos posteriores a 1994. Há uma história inconsciente, produzida pelos homens que não é iluminada, que está sob a superfície e, portanto, distante da que os nossos olhos estão habituados. Na perspectiva de Braudel, longa duração, estrutura e evento se encaixam perfeitamente e o que interessa ao historiador, dentro de uma crise estrutural são os movimentos que fazem parte dessa mudança:

(...) Uma crise estrutural social deve, igualmente, referir-se no tempo, através do tempo, situar-se exatamente nela mesma e mais ainda em relação aos movimentos das estruturas concomitantes. O que interessa apaixonadamente um historiador é o cruzamento desses movimentos, sua interação e seus pontos de ruptura: coisas todas que só podem se registrar em relação ao tempo uniforme dos historiadores, medida geral de todos esses fenômenos, e não ao tempo social multiforme, medida particular a cada um desses fenômenos (Braudel, 1978, p. 73).

Após a transformação de Ruanda em uma república, era necessário manter vivo o espírito da revolução e isso foi feito por meio de ataques recorrentes contra os tutsis, incendiando casas e deixando-os desalojados, conforme descreve Mukasonga (2017^a; 2018). Enquanto isso, alguns ataques esporádicos eram feitos por guerrilheiros monarquistas tutsis exilados, ao passo que a retaliação hutu era imediata e extensiva. Esses guerrilheiros foram os primeiros a receberem a alcunha de “baratas” e incorporaram, inclusive, o termo para sugerir sua clandestinidade e inexorabilidade.

Os anos 1970 continuaram marcados pela exclusão social e violência contra os tutsis em Ruanda. Após um massacre de pelo menos 100 mil hutus no Burundi, em 1972, uma leva de outros 200 mil foram exilados deste país, tendo boa parte desse contingente migrado para Ruanda e aflorando ainda mais as noções de uma divisão étnica. Nesse período, foi criado o Comitê de Defesa Pública, no qual o ex-general-de-divisão, Juvénal Habyarimana, se tornou o organizador. Ele tomou uma postura moderada, pedindo que cessasse a caça aos tutsis, muito embora a segregação entre os dois grupos continuasse mantida e as regras fossem mais rígidas, pois, era obrigatório virar membro vitalício do partido do presidente, o Movimento Revolucionário Nacional pelo Desenvolvimento – MRND, que era unilateral e atendia as vontades do presidente. Agora a sociedade ruandesa contava com a proibição de mudança de residência sem aprovação do governo, além da instauração de cota de 9% para os tutsis para ocupar os espaços existentes no país. Durante o governo de Habyarimana, a diáspora dos tutsis exilados era de

aproximadamente um milhão de pessoas. Boa parte desses refugiados viviam em Uganda, e um grupo considerável se uniu ao líder rebelde Yoweri Museveni, contra a ditadura do então presidente Milton Obote. Após a vitória de Yoweri Museveni, Habyarimana declarou que Ruanda estava lotada e proibiu o contato com refugiados.

A Segunda República se cristalizou através da conquista de 99% dos votos por Habyarimana, mesmo possuindo rejeição de boa parte de hutus que viviam em condições precárias no sul. Com a crise que desvalorizou os produtos ruandeses no mercado internacional, por volta de 1986, o MRND passou a controlar os negócios paraestatais e, no final dos anos 1980, o Estado passou a ser instrumento da vontade de setores econômicos, sobretudo do noroeste do país.

A akazu era uma espécie de elite política, econômica e militar ruandesa que intimidava, inclusive, o presidente. Por volta de 1988, Ruanda passou por uma crise econômica, através de uma exigência do Fundo Monetário Internacional para que o país implementasse um programa de “ajuste estrutural”, quando o orçamento governamental foi cortado pela metade, aumentando os impostos e a exploração do trabalho, combinados com chuvas catastróficas e mal gerenciamento dos recursos públicos. Isto disseminou a fome no país, gerou tensão política e o assassinato de opositores do presidente, a fim de não prejudicar a imagem pública de Ruanda. Após a queda do muro de Berlin, o final de guerra fria e as crescentes pressões dos países da Europa Ocidental e da América do Norte para a democratização dos países africanos, o presidente Habyarimana encontrou-se com o presidente francês François Mitterrand, e em junho de 1990 anunciou o multipartidarismo em Ruanda. Este anúncio feito pelo presidente não condizia com a realidade material por traz do discurso de abertura política, haja vista que a akazu mantinha cada vez mais o controle sobre a máquina estatal. O grupo do noroeste não estava disponível para perder seus privilégios e os adeptos da flexibilização política continuavam evadindo do país.

Em 1º de outubro de 1990, a FPR invadiu o noroeste de Ruanda, declarando guerra à Habyarimana e propondo um programa que acabasse com a tirania, a corrupção e a ideologia de exclusão. A invasão da FPR gerou um pretexto para que Habyarimana tivesse um recurso contra o pluralismo e disseminasse a ideia de um inimigo comum, ou seja, todos os tutsis eram cúmplices da FPR, assim como os hutus que não compartilhavam desse pensamento eram considerados traidores.

Em 1987 começou a aparecer o jornal Kanguka (desperte) em Ruanda, crítico ao establishment de Habyarimana, editado por um hutu do sul e sustentado por um

proeminente tutsi. Em 1990 madame Agathe criou o Kangura (faça despertar), junto com Hasan Ngese, com um formato idêntico ao Kanguka que fazia consumidores comprar por engano. O governo recolheu exemplares do Kanguka, a fim de que apenas o Kangura fosse consumido pela população. Kangura divulgava lista de tutsis e hutus cúmplices supostamente infiltrados no governo, acusava o governo de traição a revolução e conclamava uma campanha de autodefesa nacional para proteger as “conquistas” de 1959 e 1973. Ngese tinha como religião o hutuísmo e publicou um artigo, inclusive, com o título de “Os dez mandamentos hutus”. Em 1990, o Kangura saudava o presidente da França, François Mitterrand, em alusão ao apoio da França ao lado das Forças Armadas Ruandesas (FAR), quando na ocasião centenas de paraquedistas franceses impediram o avanço da FPR. Embora fosse expressamente proibida de se envolver em combates, a França enviou grandes carregamentos de armas até os massacres de 1994 e no começo de 1990 e auxiliou os ruandeses com o controle do tráfego aéreo, interrogatório de prisioneiros e no combate a linha de frente (Sitbon, 2000). Em 1991, os franceses colaboraram para a expulsão de tropas da FPR na região do noroeste e se opuseram à sugestão de abolição das carteiras de identidade étnica pelo embaixador dos EUA. Ou seja:

Paris via a África francófona como “chez nous”, uma extensão virtual da pátria, e o fato da FPR ter emergido da anglófona Uganda inspirou a antiga fobia francesa de uma ameaça anglo-saxônica (Gourevitch, 2006, p. 88).

Ao passo que o movimento contra os tutsis se consolidava e os ataques continuavam, grupos de jovens eram incorporados às milícias, formando a chamada Interahamwe – “aqueles que atacam em grupo” – que se originou nas torcidas de futebol patrocinadas pela akazu e pelo MRND. Esses jovens da Interahamwe transformavam a campanha pelo genocídio numa espécie de divertimento. Em 1992, após a mídia dar uma notícia falsa a respeito de um plano tutsi contra hutus, a Interahamwe promoveu chacinas sob o argumento de autodefesa. Nesse mesmo ano, Habyarimana assinou um cessar fogo contra a FPR, devido a pressões internacionais, que não passou de uma mera formalidade, pois Ruanda continuou recebendo incentivos financeiros e ajuda com armamentos da França, Egito e da África do Sul e a matança de tutsis não acabou, pois, “Matar tutsis era uma tradição política na Ruanda pós-colonial; era algo que unia as pessoas” (Gourevitch, 2006, p. 94).

Em 4 de agosto de 1993, o presidente Habyarimana assinou um tratado de paz com a FPR em Arusha, que garantiria o final da guerra, o direito de regresso dos exilados e a flexibilização política para a união nacional. No mesmo ano, depois de quase trinta anos de uma ditadura tutsi no Burundi, um presidente hutu foi empossado e quatro meses depois assassinado, desencadeando um levante hutu e uma repressão violenta dos tutsis, episódio que deu combustível ao Poder Hutu para disseminar notícias sobre a deslealdade tutsi.

Após os acordos de Arusha, um contingente de seiscentos soldados da FPR chegou a Kigali, além da Missão de Assistência das Nações Unidas em Ruanda (Unamir), os chamados capacetes-azuis, comandados pelo general-de-divisão Romeo Dallaire. O fracasso da ONU na Bósnia e na Somália descredibilizou o trabalho humanitário em Ruanda, além de serem proibidos de usar a força, exceto nos casos de autodefesa. Em 11 de janeiro de 1994, o jornal Kangura noticiou o perigo que a Unamir corria e o general Dallaire enviou um fax ao Departamento de Operações de Paz a sede da ONU em Nova York, solicitando proteção a um informante que fazia parte da Interahamwe que obtinha acesso aos mais altos escalões da milícia. O fax relatava que o informante fora encarregado de conduzir um atentado contra líderes de oposição e soldados belgas a fim de ensejar uma guerra civil, plano que havia sido abortado provisoriamente, além do fato de que mais de quarenta células da Interahamwe estavam espalhadas por Kigali, com o objetivo de registrar a existência de tutsis para um possível assassinato em massa. O informante alegou saber onde havia esconderijos de armas e se dispôs a mostrar o destino de tais esconderijos:

(...) Não chegava a ser um segredo: granadas e fuzis Kalashnikov eram exibidos abertamente e vendidos a preços acessíveis no mercado central da cidade; aviões trazendo carregamentos de armas francesas, ou financiadas pela França, continuavam a chegar, o governo estava importando facões da China em quantidades que ultrapassavam em muito a demanda para uso agrícola; e muitas dessas armas estavam sendo distribuídas gratuitamente a pessoas sem nenhuma função militar conhecida – rapazes desocupados vestidos com a ridícula indumentária Interahamwe, donas de casa, funcionários de escritório – numa época em que Ruanda estava oficialmente em paz pela primeira vez em três anos (Gourecitch, 2006, p. 102).

O fax do general Dallaire era uma previsão do que se tornaria o país três meses depois. O chefe das operações de paz da época era o ganense Kofi Annan, e o seu assessor Iqbal Riza foi quem deu a resposta negando intervenção e sugerindo que Dallaire levasse

ao conhecimento de Habyarimana todas as alegações feitas pelo informante da Interahamwe, bem como informar aos embaixadores da Bélgica, França e dos Estados Unidos em Ruanda, e que qualquer alerta fosse feita ao secretariado das Nações Unidas ou ao Conselho de Segurança sobre a tragédia iminente.

As últimas semanas de março foram marcadas por algumas premonições, dentre elas a notícia que saiu no Kangura com a manchete que Habyarimana morreria em março, assassinado por um hutu que havia se aliado aos tutsis e a FPR. Na noite do dia 06 de abril de 1994, o avião que conduzia o presidente Habyarimana, voltando da Tanzânia, foi derrubado. Dentro do avião estava também o novo presidente hutu do Burundi. O incidente não deixou sobreviventes. No dia seguinte, a RTLM responsabilizou a FPR e membros da Unamir pelo que aconteceu. O Poder Hutu estava dominando o governo e as suspeitas também recaíram sobre opositores hutus ao governo. A morte do presidente foi a centelha que fez explodir a catástrofe que aconteceu nos dias posteriores, no caso, o país mergulhado em sangue e carnificina. Estabeleceu-se a ideia de que os tutsis deveriam ser erradicados e ainda que algumas descontinuidades tenham acontecido e algumas vidas tenham sido poupadas, a maior parte da população tutsi e de hutus moderados foi assassinada:

(...) Seguindo o exemplo das milícias, jovens e velhos hutus engajaram-se na tarefa. Vizinhos matavam vizinhos a facadas em suas casas, colegas matavam colegas a facadas em seus locais de trabalho. Médicos matavam seus pacientes e professores matavam seus alunos. Em poucos dias, as populações de tutsis de muitas aldeias estavam praticamente eliminadas, e em Kigali prisioneiros eram soltos para integrar equipes de trabalho encarregadas de recolher cadáveres das sarjetas. Por toda Ruanda, estupros e saques em massa acompanharam a matança. Bandos de milicianos bêbados, estimulados por drogas das farmácias saqueadas, eram levados de ônibus de massacre em massacre. Locutores de rádio lembravam aos ouvintes que não tivessem pena de mulheres e crianças. Com um incentivo extra aos assassinos, os pertences dos tutsis eram loteados antecipadamente – o rádio, o sofá, a cabra, a oportunidade de estuprar uma garota. Conta-se que uma mulher que participava de um conselho de bairro oferecia cinquenta francos ruandeses (cerca de trinta centavos de dólar, na época) por cabeça de tutsi rachada, uma prática conhecida como “venda de repolho” (Gourevitch, 2006, p. 112).

Os genocidas eram constituídos de toda a gente, a comunidade de um modo geral, partícipes do governo, milícias, vizinhos, parentes e a Igreja, pois, a ordem do momento era a de que tutsis deveriam morrer, ideia esta que cristalizou uma série de situações como rixa entre vizinhos, problemas de família ou de qualquer outra natureza que se tornaram

pretextos para assassinar. O fato de a comunidade ter se mobilizado para matar facilitou encontrar as vítimas, pois muitos assassinos eram seus conhecidos e chamavam, inclusive, as vítimas pelo nome.

Muitos tutsis foram poupados por pessoas que colaboraram com a matança, como funcionários do governo, militares ou cidadãos comuns, por motivos variados como identificação pessoal, interesse econômico ou sexual. Alguns sobreviventes obtiveram apoio de dissidentes ou contaram com a sorte de ter fugido do país. Algumas mulheres tutsis sobreviveram por serem esposas de hutus funcionários do governo ou do exército, mas a sua condição social não ia muito além da submissão e subalternidade. A escrita memorialística de sobreviventes dá conta de experiências individuais e, em certa medida, atinge outros sobreviventes, diante dos aspectos gerais do genocídio, como é o caso da autora Scholastique Mukasonga e da ativista Immaculee Ilibagiza, ambas mulheres tutsis que escreveram obras literárias a respeito das suas experiências antes, durante e depois da matança.

Em contrapartida, os livros das autoras supracitadas não conseguem explorar questões mais profundas, em virtude da experiência traumática que conduz certa parcialidade, ficando presas à uma espécie de ressentimento cristalizado. É importante entender que houve um genocídio em Ruanda, mas dentro do contexto de um longo período de guerra civil, corroborado por arranjos estruturais, evitando o uso do conceito de forma inapropriada. O que aconteceu foi um desdobramento oriundo do processo de independência que cristalizou as diferenças que havia numa sociedade de castas, etnicizada pelos belgas. A tese de Ivaldo Lima (2024), apresentada na ocasião de sua banca para progressão de carreira, traz esta conclusão de que compreensão do genocídio como parte integrada à longa duração da história ruandesa. Esta é, ao meu ver, a melhor compreensão para o episódio em questão.

CAPÍTULO 3 - MEMÓRIAS DE RUANDA: UMA DISPUTA PRESENTE NA SÉRIE BLACK EARTH RISING

Após 1994

Vimos até aqui que a história de Ruanda não se restringe ao que aconteceu em 1994 e que para compreender esse episódio, inclusive, é necessário lançar mão de uma honestidade intelectual que não permita estupidificar os povos que protagonizaram o genocídio. Todavia, é indispensável também não perder de vista que Ruanda não se encerra no final da tragédia, pelo contrário, os acontecimentos posteriores carregam os efeitos das estruturas sociais que, em certa medida, contribuíram para o genocídio bem como refletem as consequências do banho de sangue que gerou no país uma catástrofe humanitária. Havia um só povo em Ruanda, cindido pela complexidade histórica e social, todavia, compreender tais indivíduos dentro de uma categoria de análise que qualifica esses homens e mulheres como negros, por exemplo, pode relativizar as matanças, juntar assassinos e vítimas dentro de uma mesma redoma e reforçar os estereótipos de que o genocídio é o desdobramento de uma guerra tribal, retirando a possibilidade de compreender o contexto dentro de uma perspectiva mais abrangente.

Os diversos momentos pelos quais Ruanda foi atravessado, carregam a configuração de uma disputa que se dá no campo da memória, considerando também que esta é um âmbito de batalhas simbólicas em que diferentes concepções disputam espaço e poder. Portanto, não se pode perder de vista que a memória está dentro de um conceito mais amplo que incluem dimensões voluntárias e involuntárias, consciência e inconsciência, razão e sensibilidade, passado, presente e futuro, e o cruzamento entre diferentes espacialidades e temporalidades. Além de ser o esquecimento e apaziguamento com o passado, a memória também é transgressora e é um meio para produzir conhecimentos históricos (França, 2020).

Durante o genocídio de Ruanda, as potências mundiais abandonaram o país à própria sorte. Esse abandono, quase exclusivamente dos EUA, devido a Diretiva de Decisão Presidencial que levantava razões para que o país não se envolvesse em missões de paz da ONU, contribuiu para a vitória diplomática do Poder Hutu. Além da demora em reconhecer que o que estava acontecendo em Ruanda se tratava de um genocídio. As comunicações entre Paris e Kigali continuavam e a França esperava uma oportunidade para “salvar” os hutus das investidas da FPR, aderindo aos interesses do governo ruandês

em fazer parecer que o que estava acontecendo no país era um levante popular oriundo da extensão da guerra contra a FPR, e que o governo tinha como objetivo restaurar a ordem. Em meados de junho de 1994 o governo francês teve a ideia de empreender uma expedição militar como missão humanitária no país, devido às denúncias da imprensa de que a França seria conivente com a carnificina em Ruanda. Entre 16 e 18 de junho, carregamentos de armas foram aterrissados na cidade de Goma e transportados até Ruanda. No final de maio, quando o massacre dos tutsis estava mais lento em virtude de a maior parte já ter sido massacrada, a Operação Turquesa se preocupou em identificar se havia tutsis que poderiam ser resgatados diante das câmeras.

A ordem do Poder Hutu inverteu, e agora era preciso fugir em vez de matar mediante o avanço da FPR, conduzindo a uma exorbitante quantidade de pessoas a evadirem do país para serem recebidas por ações humanitárias da ONU, ao passo que líderes do governo ruandês e a RTLM denunciavam que a FPR estava matando hutus e porta-vozes militares franceses. A fuga de milhões de pessoas para campos de refugiados, (dentre os quais os mais notórios foram os que estava situados no então Zaire), possibilitou uma rearticulação do Poder Hutu que manteve uma certa estrutura política e praticou retaliação contra os opositores que cogitavam voltar para o país de origem, tendo em vista que a epidemia de cólera e outras adversidades os colocavam em condições de extrema vulnerabilidade. Neste contexto, a FPR empreendeu ações de execuções arbitrárias que até hoje são silenciadas pelo atual governo ruandês, que conduz o país de maneira bastante questionável no que diz respeito aos aspectos democráticos.

Para nacionais de outros países, um ruandês era um ruandês, independente das experiências históricas e sociais pelas quais passaram e, por conta disso, os refugiados também se imaginavam da mesma forma e se apegaram a essa identidade para transformar numa causa. Nesse sentido, a formação da FPR se deu com membros tutsis e hutus que, de maneira disciplinada, perfilaram em torno de um objetivo bem definido pelo qual deveriam lutar sem abrir mão.

Paul Kagame foi estrategista da FPR e principal figura política do país, tornando o exército a espinha dorsal do regime em Ruanda. O governo aboliu imediatamente o sistema de cédulas de identidade étnica, e empreendeu várias reformas. Paul Kagame foi um exilado em Uganda que cresceu num campo de refugiados e se tornou aliado de Museveni, fundou a FPR e recebeu treinamento militar dos EUA. Após o genocídio, Kagame implantou um governo provisório e, posteriormente, aboliu a política étnica, suspendeu o ensino de história até fossem feitos novos manuais sem supremacismos

étnicos e estimou a reconciliação do país como uma de suas principais metas. Contudo, os tutsis ainda negam o genocídio hutu no Burundi em 1972. Após o genocídio, dois milhões de hutus fugiram para florestas e campos e formaram um exército no exílio que foi massacrado entre os anos de 1996-1997. Kagame considera inimigo quem denunciar o genocídio de 1972 no Burundi ou denunciar contra tutsi, ou seja, apenas o que houve em 1959 e 1994 é considerado genocídio. Em 2000, Pasteur Bizimungu renunciou e Kagame se tornou o presidente do país, governando Ruanda como um regime forte, regido por eleições questionáveis. O regime declara que respeita os direitos humanos básicos, mas exclui temas tabus do genocídio (etnias; crimes da FPR). O trauma possibilitou que mais mulheres acessassem a política, um milhão de hutus retornaram do Zaire e da Tanzânia e o Tribunal Penal Internacional, em Arusha, encarregou-se de julgar as autoridades acusadas de genocídio. Ruanda aboliu a pena de morte e implementou tribunais comunitários tradicionais, conhecidos como gacacas, para que se reconstruísse uma narrativa coerente (Paula, 2014).

Após a libertação de Kigali, quase um milhão de tutsis regressaram para Ruanda, substituindo quantitativamente os mortos pelo genocídio, todavia a integração das pessoas no país não foi tão simples. Um clima de suspeição se instaurou, dadas as circunstâncias da guerra. A língua foi outra questão problemática em virtude de que enquanto alguns novos habitantes eram oriundos de países francófonos, outros eram provenientes de países anglófonos, e apesar de muitos falarem o kinyarwanda, muitos também se sentiam mais à vontade para falar o suaíle. Além disso, havia hutus e tutsis de diversas origens, posicionamentos e perfis.

Segundo Gourevitch (2006), durante o genocídio, uma das coisas que permaneceram intactas foram as prisões e após a matança esses espaços ficaram superlotados por pessoas que assassinaram os tutsis, vivendo sob condições desumanas. Os casos de julgamento de criminosos se tornaram um problema. Os procurados constituíam uma lista imensa no país que era composta, em sua maioria, por membros do alto escalão social, político e econômico, tendo boa parte dos mentores do genocídio fugido para o exílio. O Tribunal Criminal Internacional para Ruanda, criado pela ONU, sugeria que o judiciário ruandês era incapaz de julgar com justiça os casos de crimes cometidos durante o genocídio, sendo a maior parte de procurados concentrados no Zaire e no Quênia.²

² A atual República Democrática do Congo – RDC, ainda era intitulada Zaire. Após a deposição do seu presidente, Mobutu Sese Seko, o país passou a se chamar pelo nome atual.

Agências de ajuda forneciam suprimentos para grupos paramilitares que se disfarçavam de agências comunitárias de autoexílio, alimentando os interesses do Poder Hutu que estava articulado nos campos de refugiados. Após o genocídio, por volta de 1995 e 1996, o Poder Hutu continuou empreendendo ações belicosas contra Ruanda, atacando sobreviventes e testemunhas do genocídio. Além disso, a quantidade de refugiados era manipulada por membros do Poder Hutu, por questões de ordem política, inflando os números e potencializando campanhas para que mulheres em idade reprodutiva gerassem cada vez mais hutus. No Zaire, tutsis continuavam sendo assassinados após o genocídio, em virtude da articulação entre o então presidente Mobutu e membros do Poder Hutu que se organizaram nos campos de refugiados. A ajuda humanitária internacional alimentou esses conflitos que existiram no Zaire, levando o presidente Paul Kagame a visitar Washington, em 1996, para advertir sobre o perigo que estava se instaurando no Zaire, e após intensas batalhas, sobretudo no Kivu Sul para defender os banyamulengues do presidente Mobutu e dos milicianos, comandadas pela FPR, milhares de refugiados retornaram para Ruanda em 1997:

O governo de Ruanda posterior ao genocídio tinha apostado sua credibilidade na tese de que a matança sistemática entre hutus e tutsis era evitável. O regresso em massa dos campos, que o governo apresentava como um triunfo, fora a prova de fogo dessa tese. Entretanto, Kagame, como sempre, considerava a vitória incompleta. “Sim, as pessoas voltaram”, disse ele. “Esse problema foi resolvido, e criou outro problema, que também precisamos resolver.” Ele começou então a enumerar uma série de problemas – moradia, justiça, economia, educação, desmobilização de milhares de soldados da ex-FAR, que voltavam do exílio e, acima de tudo, a questão da etnicidade” (Gourevitch, 2006, p.306).

Em outubro de 1994, uma comissão de peritos estabelecida pelo Conselho de Segurança da ONU, concluiu que os atos contra os tutsis se caracterizam como genocídio, enquanto os hutus ou a ação da FPR contra estes não tinha o mesmo objetivo.

Portanto, o que aconteceu após o episódio traumático, cujas vítimas somam quase um milhão de mortos, é problemático e provoca uma série de questionamentos. O plano de reconciliação proposto pelo então presidente de Ruanda, Paul Kagame, não inclui o reconhecimento dos crimes cometidos pela FPR dentro dos campos de refugiados, levando-nos a entender que há na atmosfera política do país, ainda nos dias de hoje, uma resistência em recuperar uma parte da memória. Os efeitos do genocídio foram inquestionáveis, o número de crianças órfãs é dramático, a destruição generalizada e o

esforço do governo que recebeu a responsabilidade de reconstruir o país também é indubitável, mas muitos dramas vivenciados por milhares de ruandeses ainda não foram superados. A série *Black Earth Rising* busca representar esse cenário controverso, dentro de uma linguagem cinematográfica, cujo drama está centralizado em uma personagem principal que, inclusive, vive inicialmente um sofrimento causado pela incerteza.

É importante ressaltar que o objeto de análise deste trabalho é a série e não a memória. A redefinição do conceito de fonte possibilitou ao profissional da História a ampliação do seu material de trabalho. O historiador tem como principal referência a escrita e é partindo dessa premissa que a sua análise vai ser desenvolvida, na sua condição profissional. O historiador vai entender o filme como documento e discurso. O filme é um documento na medida em que a ampliação do conceito de fonte, proposta pelos *Annales*, permitiu que o filme se inserisse nessa perspectiva. Cristiane Nova defende que todo filme é um documento que se apresenta como testemunha e representação, a primeira no que se refere a sua produção em determinado contexto histórico que acaba influenciando diretamente na sua construção, e a segunda tendo em vista a perspectiva de que todo texto diz algo e se diz representar a sua forma ideal (Nova, 1996). Ora, se todo texto diz algo, representando a sua forma ideal, a série *Black Earth Rising* carrega inúmeras representações de conflitos que se dão dentro de um panorama temporal posterior a 1994, colocando a memória como um dos vetores que permeiam as relações entre as personagens que aludem àqueles que fazem parte do drama vivido pelos outrora chamados tutsis e hutus.

História e cinema

Para compreender a relação que existe entre história e cinema, não se pode perder de vista que se trata de uma relação interdisciplinar, uma vez que o Cinema, assim como a História, consiste em uma área de conhecimento e, nesse sentido, não cabe justapor uma sobre a outra. O Cinema se tornou uma das principais ferramentas no trabalho de acadêmicos e professores (Napolitano, 2004), e vários estudiosos investiram seu tempo em pesquisas para compreender a natureza da sétima arte e as suas diversas relações com as outras áreas de conhecimento:

O filme é uma história contada em imagens, todos sabem. [...] O importante é que, para chegar a contar a história que tem em mente, o

diretor tem atrás de si uma longa história, a do cinema, pela qual se desenvolveram conhecimentos e se estabeleceram métodos sobre como narrar um acontecimento” (Araújo, 1995, p. 07, 09).

Todo filme é uma mercadoria e passa pela lógica do mercado, por isso é permeado por discursos. (Bernadet, 2010). O filme que retrata um evento histórico tem uma proposta por trás. Ele é uma importante ferramenta para o estudo da história, mas deve ser visto de forma crítica e não como mera ilustração, pois, cabe ao historiador interpretá-lo como um conjunto de signos que está inserido dentro de parâmetros teóricos (Langeri, 2015). Nesse sentido, o filme é uma representação metafórica da memória e as estereotípias, artifício muito comum no mercado cinematográfico, sobretudo em se tratando de filmes que aludem a África, podem causar um efeito de realidade nas pessoas que não dispõem um repertório teórico adequado para o estudo crítico do cinema (Napolitano, 2012).

O cinema surgiu no final do século XIX, com Lumiere, na França, inicialmente captando uma realidade objetiva tal como ela se apresentava. Posteriormente, Méliès modificou algumas técnicas de melhoramento que possibilitaram um aperfeiçoamento contínuo. Com Griffith, nos Estados Unidos, o filme passou a ter maior autonomia com novas técnicas de imagens que envolveu o público com a novidade artística.

Esse surgimento do cinema, além de possibilitar uma nova forma de representar o mundo e as coisas, resultou também na forma como ele passou a ser visto e interpretado. Para Cristiane Nova, o filme é um documento historiográfico e um discurso da história e pensar a sua utilização, como adverte Marcos Napolitano, requer atenção sobre os elementos inerentes a esse material a fim de desenvolver um trabalho confiável do ponto de vista historiográfico, e de qualidade.

Ora, o filme é produzido em algum momento da história e com um objetivo a priori. Para encará-lo como objeto de análise, é dever do historiador compreender os elementos do período que porventura influenciaram na produção cinematográfica, bem como inferir sobre a possibilidade de determinadas intencionalidades que irão se apresentar na medida em que a análise for se desenvolvendo. O cinema é produção em equipe e quem vai encará-lo para analisar o contexto da sua criação não deve se abster de se informar sobre o que está por trás da sua construção. Como todo objeto de estudo dos historiadores, o filme é uma escolha, mas não somente por parte do historiador. A seleção de imagens, cenários, atores, figurinos, diálogos ou fotografias foram feitas com alguma intencionalidade que, se passarem despercebidas, podem comprometer um trabalho. Os

componentes subjetivos que fazem parte da estrutura do filme se apresentam ao espectador de maneira categórica, já que a imagem está posta e sua interpretação é submetida pela forma como ela se apresenta.

Todas essas características que perpassam a produção cinematográfica, moldam a forma das pessoas se relacionarem com o cinema, afinal, além de ser uma produção artística, é também uma mercadoria e os parâmetros que dirigem essas categorias ditam aspectos da relação entre espectador e objeto. Para persuadir o público, o diretor e sua equipe valem-se de recursos que asseguram o consumo da arte. O filme precisa fazer sentido para quem assiste e precisa também manter algum interesse do público. Os clichês bem utilizados por um bom diretor ou um ator cuja performance é incomparável podem ser ótimos aliados nesse sentido. As pessoas tendem a gostar daquilo com que se identificam e isso pode comprometer a leitura de um filme histórico, se o espectador não tiver o ardil que tem o historiador, munido das atribuições do seu ofício.

Pensar o filme como representação é pensá-lo, pois, como linguagem, um determinado modo de dizer que tem precedentes. No entanto, a película não é somente intenção, ela possui elementos do inconsciente de quem o produziu que porventura traem essa intencionalidade:

(...) devemos recordar que na tela não vemos os fatos em si, nem sequer tal como foram vividos por seus protagonistas, e sim imagens selecionadas daqueles fatos, cuidadosamente montadas em sequência para elaborar um relato ou defender um ponto de vista concreto. (Rosenstone, 1998, p. 111).

No caso da série, que é o objeto desta pesquisa, não é diferente a sua utilização enquanto fonte e documento para o uso da pesquisa histórica, considerando, no entanto, alguns elementos de acréscimo que são a composição estrutural que agrega um conjunto de filmes que dialogam entre si, de modo sucessivo, estabelecendo uma continuidade ou não (Lima, 2023), além da relação que esse tipo de produção cinematográfica desenvolve com o público espectador, criando um vínculo afetivo e emocional (Lima, 2023).

Black Earth Rising

Black Earth Rising – em português: Terra Negra em Ascensão – é uma minissérie de produção britânica de 2018, escrita e dirigida por Hugo Blick. A minissérie é dividida em 8 capítulos, cada um com duração mínima de 60min, e é protagonizada pela atriz

Michaela Coel que interpreta uma jovem advogada chamada Kate Ashby. Kate Ashby é filha de Eve Ashby, ela é uma jovem que nasceu em Ruanda e foi adotada pela mãe inglesa, mas sofre com sérios problemas psicológicos em função de não ter certezas sobre sua própria história, embora acredite ser uma tutsi sobrevivente do genocídio que aconteceu em 1994. Eve é uma eminente jurista inglesa que trabalha para o Tribunal Penal Internacional que julga crimes de guerra. A série tem como panorama os acontecimentos posteriores a 1994, dentro de um contexto que envolve Ruanda, Inglaterra, Holanda, França e República Democrática do Congo, e conta com um conjunto de personagens que em alguns momentos fazem alusão aos agentes que compuseram o genocídio.

A série apresenta inúmeras possibilidades de reflexão no decorrer de cada capítulo. Críticas subliminares ao atual governo de Ruanda, provocações acerca da omissão da comunidade internacional frente ao genocídio e o contrabando de Coltan, por exemplo, podem ser assuntos explorados através da linguagem cinematográfica de *Black Earth Rising*.

Todavia, este trabalho, entendendo os limites que regem o modelo de produção acadêmica, se restringirá a um aspecto que pode ser dialogado com a História na série. Há uma disputa de memória presente em todos os oito episódios, sobretudo em relação aos lugares ocupados pelos outrora chamados tutsis e hutus. Kate, em certa medida, é a principal personagem que representa essa relação conflituosa entre o que permeia o imaginário coletivo e individual dos cidadãos de Ruanda, uma vez que a personagem está convencida de que é uma sobrevivente tutsi e se apega a esse sentimento, inclusive, para tecer um enfrentamento contra a própria mãe que logo no primeiro capítulo irá atuar contra o general Simon Nyamoya, um dos responsáveis por ajudar a combater o genocídio.

Episódio 1 – Outras notícias

Neste primeiro capítulo, Eve Ashby (Harriet Walter), está diante de uma plateia onde é interrogada por um dos presentes que a relaciona a um paternalismo hipócrita ocidental que julga somente pessoas oriundas da África.

Através da prisão de um general chamado Simon Nyamoya, acontece o recrudescimento dos conflitos existenciais da filha de Ashby. A mãe de Kate assume o processo que vai julgar Simon e isso provoca uma reação desconfortável em Kate que não consegue entender como ela é capaz de ajudar a punir um dos responsáveis por

derrotar os hutus, quando na verdade poderia se dedicar em atuar contra quem cometeu genocídio.

É logo neste primeiro episódio que a série representa a consolidação de uma memória coletiva e nacional que se estende para os indivíduos, na medida em que Kate, uma jovem de origem ruandesa que está distante do seu país de origem, mesmo dentro de um contexto oposto ao de Ruanda, acredita ser uma tutsi vítima do genocídio. A personagem está inserida dentro dos elementos que compõe a memória coletiva, uma vez que reproduz, no seu universo psicológico, marcas quase indeléveis de um passado que permeiam o imaginário da nação ruandesa. Segundo Pollak (1992), usando Halbwachs como referência e contraposição, há designações que dizem respeito muito mais as memórias do que aos fatos em si e, se por um lado, como advoga Halbwachs, a memória é um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes, por outro lado, a maioria das memórias possuem marcos relativamente invariantes ou imutáveis.

Nesse sentido, a memória possui dois elementos constitutivos: os acontecimentos vividos pessoalmente e aqueles que são absorvidos de forma indireta, “por tabela”, e constituem espécie de memória herdada a partir de marcas ou traumas transferidos por meio da socialização política ou histórica. Além disso, a memória é constituída por pessoas e personagens que se dividem em três tipos: aqueles encontrados no decorrer da vida; os que são resultantes do processo indireto, por tabela, e os que não pertencem ao espaço-tempo da pessoa. Ou seja, ainda que o episódio que evidentemente marcou a memória de Ruanda tenha suas contradições e sejam o produto de uma releitura de vestígios (Barros, 2011), o trauma, aliado ao caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional (Pollak, 1989) produz uma verdade que se sobrepõe às minudências e dificulta a insurgência de outras versões e participações no contexto do genocídio.

O General Nyamoya será processado pelo Tribunal Penal Internacional, acusado de aliciar crianças para o exército no Congo, suspeito de atuar junto aos mercenários congolezes, alimentando um conflito por riquezas das minas roubadas da região. David Runihura (Lucian Msamati), articulador do governo ruandês, depõe na mídia sua confiança no Tribunal Internacional, dados os grandes investimentos que o país recebeu nos últimos tempos. Em uma base militar no Congo, um major canadense, membro da ONU, reconhece Patrice Ganimana, um criminoso de guerra que possui um mandado internacional de prisão contra ele por ter participado do genocídio em Ruanda. O major

tenta empreender ações para capturar Ganimana, justificando o passado e a omissão da ONU diante do massacre, lembrando as suspeitas de que a França teria sido conivente e aliada dos hutus.

Kate acessa o gabinete da mãe e vasculha os processos, quando é flagrada, e ambas iniciam uma discussão. Nesse momento, Eve mostra uma fotografia na qual estão pessoas em situação de guerra e pede para que Kate se lembre, entretanto, a filha reage mostrando uma cicatriz profunda no abdômen dizendo que “eles” (em alusão aos hutus) fizeram aquilo com ela, e que sua história foi suprimida junto com quase um milhão de pessoas. Neste momento, a série esboça o que será explorado nos capítulos posteriores, indícios de memórias subterrâneas que podem aflorar em momentos de crise e entrarem em disputa (Pollak, 1989).

Episódio 2 – Olhando o passado

No segundo episódio, Eve Ashby pretende inserir nos autos um incidente que irá potencializar a culpabilidade do réu, mas é assassinada junto com Nyamoya no ambiente externo do plenário.

Alice Munezero foi uma general tutsi, membro da FPR que ajudou a combater os hutus em 1994 e agora compõe o parlamento de Ruanda. Eunice é uma embaixadora responsável por assuntos da África nos EUA. Ambas vão ao funeral de Eve, pois têm um passado em comum. No aeroporto, Alice é abordada com uma ordem de prisão, suspeita de crime de guerra contra civis cometidos por ela na região de Goma, na província do leste de Ruanda, por volta do dia 11 de junho de 1994. Com o intuito de fazer Kate descobrir se de fato Nyamoya foi um herói nacional, Michael deixa sob a responsabilidade da jovem as investigações acerca da prisão de Alice Munezero, acusada de assassinar o padre Pascal Patenaud em 1994. Munezero destaca que a França esteve por muitos anos ao lado dos organizadores do genocídio, está envergonhada demais para assumir a culpa e usou o suposto crime para manchar a inocência dela.

Kate, que inicia a jornada de investigação, entrevista o Sr. Barré, um consultor do Palácio do Eliseu entre 1987 e 1994, que se reporta ao genocídio como um tabu de horror inegável, e que disfarça verdades complexas. O ex-consultor reitera que, ao apoiar a maioria democraticamente eleita (os hutus) - lembrando de que os tutsis eram uma minoria cuja monarquia governou por centenas de anos e que os belgas mantiveram no poder - fez algo que talvez pudesse evitar o genocídio. Para Barré, os tutsis fugiam do

país por que perderam o poder. Para Kate eles fizeram isto porque estavam ameaçados de morte. Kate o acusa de ajudar um governo que se transformou num regime genocida e o homem fala que o genocídio só foi possível porque os tutsis concentraram um exército nas fronteiras antes de iniciarem a ocupação do país, criando um medo que gerou o genocídio. Ela diz que é uma tutsi que teve a família toda assassinada e o homem responde que a culpa se deve tanto aos tutsis, que invadiram o país, quanto aos hutus que empunharam o facão e, se na visão de Kate esse comentário é ofensivo, a verdade é muito mais complexa do que o desejo dela de ouvi-la.

O diálogo entre Kate e o Sr. Barré evocam um outro personagem para a memória do país. A participação da França, como foi observado na bibliografia discutida sobre o genocídio, foi carregada de inúmeras contradições. A memória apresentada por este personagem, corroborada pela prisão de uma ex-general da FPR, é o que José D'Assunção Barros explica:

(...) Assim, a realidade social nos oferece um número indefinido de grupos, cada qual com sua memória coletiva, entrelaçando-se em uma rede social extremamente complexa. Grupos se opõem uns aos outros, incluem-se e excluem-se mutuamente, segmentando-se uns a partir do outro, avançam paralelamente ou entrelaçadamente no tempo, convivem no mesmo espaço social [...] A memória coletiva não é de fato única, e somente se pode falar esta expressão no singular como recurso discursivo para a identificação e delineamento de um campo, porque há na verdade inúmeras memórias coletivas. Eis, segundo Halbwachs, o segundo traço que diferencia radicalmente a História da memória coletiva (Barros, 2011, p. 327)

A memória do país, em especial do genocídio, por assim dizer, está envolvida dentro de uma trama complexa que ultrapassa os indivíduos ruandeses, uma vez que diversos agentes externos (comunidade internacional) estiveram presentes. Não me compete afirmar que a prisão de Alice Munezero e os posicionamentos do Sr. Barré na série dizem respeito às representações que aludem aos interesses da França. No entanto, me arrisco em dizer que tais acontecimentos representam possibilidades que colocam sob suspeição a atual versão que predomina na memória coletiva de Ruanda, incluindo os diversos lugares de memória (Nora, 2012), aparentemente colaborando para o que Pollak (1992) chama de conjuntura ou período calmo que não demanda preocupação em virtude de um suposto estado de suficiência.

Episódio 3 – Fantasmas

Por intermédio de Michael, Kate descobre que Tat Picot, agente pessoal de Jacques Antoine Barré na época do genocídio, tentou assassiná-la, atribuindo isso ao fato de ela ter mexido onde não devia. Há um homem vigiando todos os passos de Kate a fim de protegê-la. Os dois marcam um encontro nas Catacumbas de Paris e lá ele conta que o padre Patenaud está vivo. A advogada vai até a casa da mãe do padre mostrar uma fotografia que a senhora não reconhece e, posteriormente, vai a um convento com o objetivo de encontrar o padre, sem sucesso.

Para Michael, a suposta morte de Pascal Patenaud é só uma desculpa para processar Alice Munezero e eles precisam descobrir o real motivo da acusação. Novamente na casa de Jacques Antoine Barré, Kate afirma querer provar a inocência de Munezero, mostrando uma foto na qual Barré está junto a Patrice Ganimana e Tat Picot. Barré diz que depois que iniciaram o caso, era trabalho de Tat Picot retirar todas as testemunhas de cena, sob pena de serem perseguidos pelo atual governo de Ruanda que tem uma lista negra na qual ele mesmo está no topo.

O julgamento de Alice Munezero, com a presença das testemunhas e o lugar que ocupa cada personagem, é apresentado na ficção dentro de um panorama que cristaliza tensões políticas advindas de uma construção da memória nacional. Existem trabalhos dedicados a refletir sobre a omissão da ONU e a colaboração da França com o governo hutu durante o genocídio. Na série, uma ex-combatente, membro da FPR, é presa pelo governo francês atual, acusada de matar um padre e isso não pode significar menos do que uma provocação a respeito de uma suposta fixação da memória coletiva de Ruanda, fazendo um movimento com o tempo presente, ou seja, com o atual governo do país. Conforme Nara Rúbia de Carvalho Cunha:

(...) As escolhas e rearranjos para a fixação da memória não são aleatórios, tampouco desprovidos de objetivos, e estão relacionados diretamente com o momento histórico e, principalmente, pela força daqueles que estão no poder ou adquiriram trânsito entre as instituições determinantes da memória (Cunha, 2017, p. 74).

Nesse sentido, é passível identificar elementos que sugerem uma provocação a respeito de uma ordem consolidada na política nacional de Ruanda que, aparentemente, se estruturou na legitimação de uma identidade que se desintegrou por causa de uma minoria massacrada e que foi superada pelas ações do governo. Entretanto, outro aspecto

vem à tona, uma vez que, como se sabe, a FPR foi um exército forjado dentro da anglófona Uganda, enquanto na época Ruanda ainda era uma sociedade majoritariamente francófona e as tensões oriundas dessas localizações estão dispostas para o debate na série.

Black Earth Rising apresenta uma participação francesa na trama dentro de uma perspectiva da farsa, muito embora com alfinetadas contundentes em relação ao atual governo do presidente Paul Kagame. Como é possível constatar posteriormente, as acusações sobre Alice Munezero são improcedentes e a disputa de memória se dá na medida em que as vozes dos campos de refugiados hutus irão aparecendo.

Um general da brigada, testemunha do caso, afirma que estava em Ruanda em 1994 para uma ação humanitária com intuito de ajudar a pôr fim no genocídio, e o padre estava dentro de um território rebelde dominado pela FPR. Kate reage, dizendo que o objetivo da Operação Turquesa foi ajudar os criminosos a escaparem da FPR. O homem diz que encontrou os restos mortais de Patenaud uma semana após o exército de Munezero passar nas áreas. O homem é Lesage e Kate o viu em uma fotografia na casa de Jacques Antoine Barré que, posteriormente, foi entregue a ela pela filha do ex-membro do Eliseu. Na fotografia estão ele e Clément Barré, filho de Jacques Antoine Barré, que deu início ao processo de investigação contra Alice Munezero. Michael alega que Clément Barré era tenente no Regimento de Paraquedistas da Marinha francesa, e que morreu durante um regime de treinamento das tropas do então governo ruandês hutu, para resistirem ao exército tutsi, fato que poderia expor os franceses e, por conseguinte o presidente, por apoiar um governo que se tornou genocida. Em Ruanda há movimentos populares pela justiça e soltura de Alice. Kate consegue fazer registros fotográficos de Pascal Patenaud numa visita que ele faz a mãe, e apresenta as fotos na sessão com o juiz.

Episódio 4 – Uma tigela de cereal

No tribunal, o general alega que Clément Barré morreu por uma bala da FPR, então comandada por Alice Munezero. A unidade de paraquedistas teria ido para Ruanda, um ano antes, a fim de apoiar as tropas do governo que posteriormente perdeu o controle e permitiu que o exército tutsi avançasse, gerando a reação extrema que foi o genocídio.

Patenaud entregou a chave de uma igreja aos Interahamwe, relegando os mais de 200 tutsis que estavam dentro a um destino trágico. Este episódio potencializou um sentimento de culpa no padre que poderia ser arrefecido a partir da negação de sua própria

identidade em troca da omissão em relação à morte de Clément Barré que não deveria ter acontecido em solo ruandês. A confissão do padre sobre ter entregado a chave da igreja à milícia hutu, junto com a morte de Clément Barret, culminariam numa vergonha internacional para a França diante do genocídio. Portanto, a solução foi esconder a identidade do padre e processar Alice Munezero – injustamente – pela morte de Clément, cujo objetivo real do processo seria vingar a morte do filho de Jacques Antoine Barré, haja vista que o juiz que iniciou o processo trabalhou no Palácio do Eliseu. Outro aspecto levantado neste episódio é sobre o fato de o julgamento estar sendo conduzido em inglês e não em francês. Michael atribui isto às raízes coloniais e um aspecto da mentalidade europeia em relação aos países africanos, já que Ruanda atualmente tem o inglês como língua oficial.

Alice Munezero está no tribunal e diz que está livre de uma corrente que foi imposta a ela por uma elite política, militar e econômica, cuja intenção foi mascarar a própria culpabilidade por ajudar os arquitetos do genocídio. Patrice Ganimana é preso no Reino Unido, sob alegações de aliciar crianças menores de 15 anos para a guerra, dentre outras denúncias.

A imagem da memória é um espaço de batalhas simbólicas em que diferentes concepções estão disputando espaço e poder (França, 2020). Neste capítulo, a prisão de Ganimana e o debate sobre ele ser julgado em solo ruandês ou pelo TPI, vinculados à absolvição de Alice Munezero, geram indícios de uma representação dialética da memória, uma vez que o debate ético está posto no julgamento de um ex-colaborador do genocídio. Permitir que ele seja julgado pelo TPI é incorrer no risco de legitimar a ideia de que Ruanda não tem condições objetivas de conduzir um julgamento de maneira imparcial. Por outro lado, caso o TPI inocente Ganimana, o regresso de Alice Munezero pode colaborar na construção da imagem de uma heroína nacional. Esse dilema representa também as condições políticas que Ruanda vive atualmente, uma vez que a memória é sempre forjada no tempo presente, Cunha diz que:

(...) A memória é produto do social e do cultural, ancorada em referências do passado e do presente simultaneamente. Em Cícero, citado por Coelho (1999), memória remete tanto ao sentido de antiguidade (na expressão *omnis memoria*) quanto ao atual (*nostra memoria*). No limite, não há um tempo presente que não se relacione com (ou integre) um tempo passado e vice-versa. A memória participa da natureza do imaginário como conjunto das imagens não gratuitas e das relações de imagens que constituem o capital inconsciente e pensado do ser humano (Cunha, 2017, p. 68).

Na série, é como se Paul Kagame – lembrado as vezes na postura de David Runihura – centralizasse a política do país na manutenção do que sobreviveu do genocídio, através de um processo de gestação da memória, que fez com que uma parte do passado permanecesse muda (Pollak, 1989). Essa verdade é apresentada como se fosse a responsável pela suspensão da cultura do “nós e eles” que gerou o genocídio. Mas o questionamento principal sugerido pela série é se de fato a falta de recuperação de uma parte do passado não seria o componente que impede Ruanda de prosseguir com maior justiça. O interesse de Kate é punir Ganimana, mas pela sua relação com a sua própria história, enquanto para Alice e Mundanzi, presidente de Ruanda, a questão principal é a disputa no campo político, reivindicando também a autonomia de julgar os processos no seu país.

Episódio 5 – Os olhos do diabo

Alice Munezero e Bibi Mundanzi, presidente de Ruanda, são irmãs. Mundanzi foi encontrada por sua mãe enquanto viviam no exílio, após os hutus ascenderem ao poder e, posteriormente, toda a família teve de fugir para Uganda até voltarem para recuperar o país. O governo de Mundanzi é acusado de manipular a constituição, o código penal, o espaço político e a liberdade de imprensa, a presidenta se reelegeu pela terceira vez consecutiva que, pela constituição, seria proibido, apesar de ter tido aprovação da grande maioria da população. Mundanzi e Runihura, em certa medida, aludem às polêmicas em torno de Ruanda e de seu chefe de Estado atual. Para Runihura, dentre as duas irmãs, Munezero e Mundanzi, a atual presidente tem maior preparação para manter o controle sobre o país e que, por conta da insuficiência de Munezero, há uma conspiração para instabilizar um dos estados com o pensamento mais inovador da África.

Episódio 6 – A natureza verdadeira do jogo

Neste sexto episódio, a série começa a atrair o expectador para um recrudescimento da disputa de memória presente na produção audiovisual. Através da visita de Kate a Ruanda, fica ainda mais sugestionado que o país ainda não superou completamente os hiatos existentes entre os lugares ocupados pelos tutsis e hutus no contexto do genocídio.

Kate é informada por Alice e Michael de que o verdadeiro objetivo é fazer com que Ruanda deixe de ser um país governado por uma política unipartidária e com mãos de ferro. Munezero sofre uma tentativa de assassinato e Kate é orientada por Michael a ir à Ruanda para verificar se de fato a justiça é capaz de julgar com isonomia o caso de Patrice Ganimana. Em Kigali, junto com Florence, Kate tem crises existenciais na medida em que reconhece que a sua história se confunde com a de várias pessoas que vivem lá. Ela descobre que Florence na verdade é um hutu que fugiu com sua família para o Zaire, posteriormente fez parte da milícia da primeira guerra no Congo e depois foi colocado em um programa educacional nos EUA que Eunice patrocinava.

Após assistir ao julgamento de um homem chamado Erik Mutsinzi, uma ex autoridade do governo acusado de participar no genocídio, Kate descobre que a lei é incompatível com o que acontece na prática. Ela percebe que uma das testemunhas mentiu diante do tribunal, a fim de garantir que Mutsinzi se mantivesse preso para que seu patrão continuasse com o direito a fábrica que antes pertencia ao réu. Além disso, ela também descobre que os advogados são pagos por tabela, ou seja, um valor fixo que inviabiliza um melhor desempenho nos casos, haja vista as despesas que encontram no percurso.

Para além de uma crítica ao atual governo de Paul Kagame, a série transmite o que Pollak (1989) discute a respeito da forma como o método construtivista lida com os fatos sociais, em contraposição ao método durkheimniano. No que se refere à memória coletiva, o método busca compreender os processos e atores que fazem parte da constituição e formalização da memória coletiva, acentuando o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional (Pollak 1989). A personagem principal da série começa a identificar, por meio da composição do sistema jurídico do país, incoerências na forma como o governo de Bibi Mundanzi lida com os crimes de partícipes do genocídio. Os desafios enfrentados pelo governo, trazidos por Gourevitch (2006), como já foi apresentado aqui neste trabalho, vão além dos problemas estruturais e de relação. Em *Black Earth Rising* é possível identificar uma falta de coesão política advinda da ocultação da verdade ou de uma parte dela. A famigerada reconciliação, na representação fílmica, conta com a ausência do reconhecimento das milhares de vítimas dos campos de refugiados do Zaire (atual RDC) que sofreram tanto quanto as vítimas do genocídio.

Episódio 7 – A coisa tá feia

A cópia da fita que Eve apresentaria no tribunal é roubada no apartamento de Kate. Há uma alegação da defesa de que, durante o período das acusações, Patrice Ganimana não estava em Ruanda, mas Eunice faz um pronunciamento, perante a justiça, para comprovar que viu o réu em Ruanda:

(...) o genocídio de 1994 não tem comparação, 800 mil tutsis, no mínimo, foram assassinados em 100 dias, a matança étnica mais intensa na história moderna. A FPR acabou com esse genocídio, sem dúvida e também não há dúvida de que ela não causou isso. Tudo foi coordenado por um grupo desesperado, dentro do governo hutu, que levou os governantes e seu povo a loucura, usando a própria propaganda política que se espalhou feito um vírus, um vírus de medo tão maligno que quem foi infectado deixou de ver seres humanos como pessoas e os viam como insetos que precisavam ser erradicados sistematicamente em 100 dias, até alguém por fim nisso. Mas, para milhões de pessoas, milhões de hutus, o medo com que haviam sido infectados não desapareceu, outra coisa tomou o seu lugar: o medo da retaliação. E por mais que a FPR tentasse convencê-los do contrário, eles fugiram mesmo assim, saíram de Ruanda e foram para o Zaire e os assassinos fugiram com eles, eu sei disso por que foi lá que eu vi Patrice Ganimana pela segunda vez, no início de 1997, no abrigo de refugiados no Zaire. Ele já não era só um major, agora ele era o líder do grupo, ainda alimentando o ódio, atizando as brasas, tentando reacender o fogo novamente, tentando retornar a Ruanda para terminar o que tinham começado, mas então eles chegaram, um exército novo. A tensão étnica era presente na região havia anos, o governo do Zaire empreendia uma campanha contra a etnia tutsi, a chegada dos refugiados hutus exacerbou essa tensão, até que em 1996 um exército tutsi se formou com a intenção de derrubar todo o governo do Zaire e livrar a região dos abrigos dos refugiados hutus. Em 1997, a FPR enviou seus líderes militares para as tropas desse novo exército tutsi para ajudar a coordenar a desarticulação desses últimos abrigos. E é verdade, nos abrigos onde eu estive, Ganimana e seu pessoal estavam lá, mas eu afirmo que eles usaram esses refugiados como escudos humanos, de aproximadamente 50 mil pessoas, 9 mil eram crianças, o número de mulheres era maior e quase todos estavam drasticamente doentes, eles não poderiam ter saído dali se quisessem. Então um dia, em abril, todos humanitários ocidentais receberam ordens para partir, fomos levados para uma área isolada há cerca de 1 quilômetro dali onde os abrigos não podiam nos ver. Alguns humanitários, inclusive um colega meu, Edward Holt, ficaram até o último momento. Então eu não posso dizer que não o vi, eu não posso dizer que vi qualquer coisa, o que eu posso dizer é que quatro dias depois, quando finalmente nos permitiram voltar ao abrigo ele estava completamente vazio e eu reforço, completamente. Nenhum único vestígio que indicasse que menos de uma semana antes havia 50 mil pessoas morando naquele lugar, mulheres, crianças, bebês, muitos doentes demais para sair. Era como se nunca tivessem existido e eu nunca mais vi nenhum deles, nunca mais, exceto uma, alguém que o meu colega, Ed Holt, levou com ele na ponte aérea, uma garotinha, uma garotinha hutu.³

³ (A coisa tá feia. Direção: Hugo Blick. In: BLACK Earth Rising. Produção: Netflix, 2018, cap. 7 (60 min).

Como já foi discutido anteriormente, a inércia da ONU diante da matança dos tutsis é explorada por muitas pesquisas e representações audiovisuais. Filmes como *Tiros em Ruanda* ou *História de um Massacre*, por exemplo, direcionam um olhar para a função mais paternalista da Organização das Nações Unidas, contradizendo o que a própria história desvela, além de descaracterizar os indivíduos de Ruanda, condicionando-os a sujeitos passivos e reforçando a ideia da África como um continente primitivo. No caso de *Black Earth Rising*, Eunice, personagem que foi funcionária da ONU, revela uma parte da memória que o país – sobretudo o Estado – deseja esquecer, os massacres perpetrados pela FPR nos campos de refugiados do Zaire.

Esse movimento, representado dentro da produção fílmica, é o que Pollak (1989) chama de oposição à memória nacional que é feito através de memórias clandestinas. Porém, na realidade, isso demanda que a memória que invadirá o espaço público para reconstruir a memória coletiva sobreviva na cena cultural, no mercado editorial e nos diversos lugares de memória disponíveis na sociedade. A série apresenta o que mais uma vez Pollak (1989) chama de momentos de crise, uma vez que o pronunciamento de um membro da ONU aparece quando um criminoso de guerra está em processo de julgamento. Essa aparição de uma verdade que falta para que o país continue resiliente, pode significar uma clivagem da memória entre grupos minoritários e sociedade englobante (Pollak, 1989).

A dificuldade do governo atual de Ruanda em assumir a morte de milhares de pessoas nos campos de refugiados, são justificadas na série sob diversos aspectos: a presença de um chefe de estado forte, para Runihura, é inegociável para manter a ordem no país, mas os interesses econômicos, sobretudo a partir dos investimentos internacionais e do mercado contrabandista do Coltan, podem significar um peso ainda maior na política nacional. Além disso, há uma dinâmica interna cuja memória do genocídio permite que uma corrupção favorável às vítimas do genocídio se mantenha, como no caso de Erick Mutsinzi.

Kate finalmente descobre que na verdade é uma hutu cuja origem foi o resgate feito por Ed Holt, nos campos de refugiados do Zaire, e que Alice Munezero sabia o que se passava nos campos, por responsabilidade da FPR, porém eles tinham acabado com o genocídio, o que tornava a situação dos hutus ínfima, diante do drama dos tutsis assassinados. Eve intencionava fazer justiça com as gravações que Alice Munezero fez, grampeando as ondas aéreas do exército e gravando as conversas entre as unidades, para

provar que todos sabiam o que estava acontecendo com Kate, sua família e milhares de outros hutus. Alice se pronuncia, desejando o reconhecimento dos fragmentos da própria história com o objetivo de reestabelecer a comunhão, porém a fita com as gravações de Simon Nyamoya orientando a destruição dos campos de refugiado foi surrupiada e ela é presa.

Episódio 8 - A terra que perdoa

O último episódio da série mostra, com menor sutileza do que nos outros episódios, o contraponto da memória oficial de Ruanda, conforme Ivaldo Marciano de França Lima explica:

(...) Novamente a série sugere mensagens subliminares, desta vez indicando que após o fim do genocídio, ocorrido em 1994, as tropas da Frente Patriótica Ruandesa foram em direção ao Congo, com o intuito de perseguir e eliminar os integrantes das milícias hutus que orquestraram o massacre. Nesse contexto, as mortes de ambos os lados revelam que tanto a FPR, como milícias hutus constituem parte de um mesmo projeto que se reconhece na metáfora conceitual da identidade política, cunhada por Mandani (2002)” (Lima, 2023)

Essa parte da memória, cuja série em questão explora no decorrer dos episódios, não compõe o sentimento de identidade em sua forma mais abrangente do país na representação fílmica, mas é plausível a noção de que é por meio do reconhecimento disso que Ruanda pode recuperar uma subjetividade mais justa. Alice e Bibi Mundanzi, embora sejam irmãs e possuam uma história em comum em relação ao genocídio, divergem a respeito de mostrar o que houve nos campos de refugiados para hutus no Zaire (atual RDC). Munezero acusa a presidente de criar leis ruins que são injustas com a história do povo de Ruanda, pois encobrem uma realidade que faz parte da própria história do país, enquanto Mundanzi, negligenciando o assassinato em massa dos hutus, enxerga isso como uma tentativa de ressaltar a diferença e criar divisão entre o povo de Ruanda.

Kate sente que o passado está vivo e que todos estão infectados por ele, sendo que a única forma de o enterrar é o reconhecimento do que de fato aconteceu. A advogada, conduzida por Florence, finalmente vai até uma vala comum de corpos e é informada por que ele foi pago, com um passaporte Ruandês, para cavar a cova e pôr fim a sua vida. David Runihura foi o responsável por toda a conspiração por trás do impedimento do julgamento de Ganimana e Simon Nyamoya, além da tentativa de assassinato de Kate e

de Alice Munezero, estratégias utilizadas para soterrar o passado e garantir a manutenção do que Ruanda se tornou.

Mundanzi reconhece, publicamente, que sua função é enxergar o futuro a partir de coisas que precisam ser vistas, ou seja, a história que Alice Munezero tenciona contar. O episódio não deixa evidente se a gravação entre membros da FPR no campo de refugiados hutus foi exposta ao público, mas Alice Munezero foi solta e diz que volta ao governo com um entendimento claro do passado, presente e futuro. Para Alice, reconhecer o passado por completo permite que sigam em frente juntos, mais fortes do que nunca, pois, há muito trabalho a fazer, mágoas e divisões para curar e justiça a ser feita para que haja de fato um futuro brilhante para a nação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chego ao final deste trabalho ainda com o sentimento de falta, muito embora consciente das possibilidades e limitações que fazem parte da constituição de uma pesquisa acadêmica. O cinema é uma área de conhecimento fértil para a pesquisa e o redimensionamento do conceito de fonte, proposto sobretudo a partir dos Annales, garantiu a possibilidade de historiadores se debruçarem com maior propriedade sobre este documento. Contudo, é um desafio trabalhar com essas fontes, na medida em que a imagem se apresenta de forma imperativa e cabe, portanto, ao pesquisador da história, munido de um aporte conceitual e da disposição crítica, estudar o cinema e situá-lo dentro do estudo da História.

Quando optei por investigar aspectos relacionados ao genocídio de Ruanda dentro de uma minissérie, inicialmente fui movido pelo sentimento e pelo deleite, ainda inerte a respeito do tamanho da responsabilidade. Pessoas foram assassinadas dentro de um período muito curto de tempo, quando as contenções sociais foram suspensas e um sentimento macabro se proliferou por todo país. Posteriormente muitos dos assassinos sofreram retaliação pela FPR, mas inúmeros inocentes, incluindo crianças, perderam a vida dentro dos campos de refugiados. O meu maior desafio foi identificar na série que esses episódios foram representados dentro de uma perspectiva onde as memórias subterrâneas emergem, invade o espaço público, criam uma tensão e disputa com a memória até então legitimada pelo atual governo ruandês. Fui arrebatado, então, pelo sentimento de medo, por não dar conta de levantar essas problematizações sem ferir a história de pessoas que carregam traumas inimagináveis. Pensei que cometi um equívoco ao dedicar tantas linhas às discussões a respeito das representações em torno do continente africano e ao enfatizar a história do genocídio em um capítulo inteiro, ainda que a partir da reflexão da longa duração. Cogitei que talvez seria menos dispendioso já iniciar essa pesquisa discutindo os capítulos de *Black Earth Rising*, analisando cada episódio, como fiz no decorrer do terceiro capítulo desse Trabalho de Conclusão de Curso. Contudo, agora tenho outra compreensão, acredito que fui assertivo na composição do trabalho, pois essa fragmentação me permitirá incluir novas leituras e reflexões posteriores e ampliar o direcionamento conceitual feito.

Eu considero *Black Earth Rising* uma produção bem elaborada. Não há indícios de que o diretor deseja conduzir o espectador por esta ou aquela versão de um passado ainda muito recente na história do pequeno país africano. O que pude observar foram

provocações feitas dentro de uma linguagem cinematográfica que representa possibilidades sobre como a atmosfera política do país e as relações sociais se estabelecem a partir da memória que prevaleceu. Não identifiquei relativismos no que diz respeito às dores que norteiam a vida de milhares de ruandeses que foram ou tiveram familiares vítimas do genocídio. Pelo contrário, pude observar que a representação ficcional da memória, apresentada a partir das personagens, sugerem o reconhecimento dos assassinatos nos campos de refugiados do Congo como uma possibilidade de convergir os cidadãos de Ruanda, tornando-os um só povo. Inquietou-me o fato de uma estadunidense, ex-funcionária da ONU desvelar essa passagem na história do país, depois de reiteradas amostragens nos episódios que a Justiça Internacional subestima a capacidade da Justiça Ruandesa em julgar os próprios crimes. Eunice aparenta contradizer a omissão da Organização das Nações Unidas, mas me apeguei a ideia de que o cenário principal da série é a história posterior ao genocídio, sobretudo a parte que foi omitida pelo atual governo de Ruanda.

A série apresenta uma personagem curiosa, Sophie Barré, filha de Jacques Antoine Barré. A moça, francesa, auxilia Kate entregando-a uma fotografia que pode ajudar a inocentar Alice Munezero. Ainda que os demais personagens franceses apareçam na série sem sugerir algum reconhecimento na participação do genocídio, a personagem que é bastante jovem – ao contrário dos demais franceses – ajuda na resolução de um processo com algum senso de justiça. No mais, acredito que eu tenha conseguido cumprir os objetivos definidos dentro do meu projeto de pesquisa. Estudar África, ou parte dela (ainda que seja um só país ou povo) é um desafio, diante das tantas imagens que nos são apresentadas de maneira injusta e distorcida sobre o continente, mas ao mesmo tempo, a sensação de investigar um objeto a partir da instrumentalização teórica correta e a partir disso chegar às conclusões mais próximas do que entendemos como coerente é indescritível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ARENDR, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARAÚJO, Inácio. **Cinema: o mundo em movimento**. São Paulo: Scipione, 1995.

BARROS, José D'Assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. **Revista Tempos Históricos**, V. 15, 1º semestre, p. 317-343, 2011.

BERNARDET, Jean-Claude. **O que é cinema**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BITENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1983. Volume 1.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1984. Volume 2.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

BURKE, Peter. A Era de Braudel. In: **A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. 2. Ed. – São Paulo: Editora da Unesp, 2010, p. 49-73.

CONNAH, Graham. **África Desconhecida. Uma Introdução à sua Arqueologia**. São Paulo: EDUSP, 2012, p. 23-57.

CUNHA, Nara Rúbia de Carvalho. PRADO, Guilherme do Val Toledo. Memórias e sensibilidades numa produção de conhecimentos histórico-educacionais. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 09, n 17, p. 26 – 45, 2017.

DÖPCKE, Wolfgang Adolf Karl. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 42, n.1, p. 77-109, 1999.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FONSECA, Danilo Ferreira da. Etnicidade de hutus e tutsis no Manifesto Hutu de 1957. **Cadernos de História**, vol. 17, nº 26, 1º sem. p. 221 – 250, 2016.

FONSECA, Danilo Ferreira da. **Etnicidade e luta de classes na África contemporânea: Ruanda (1959 – 1994) e África do Sul (1948 – 1994)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica, PUC SP, São Paulo, 2013 (a).

FONSECA, Danilo Ferreira da. A mídia ruandesa no genocídio de 1994: a relação entre tutsis, Inkotanyis e a Frente Patriótica Ruandesa. **Em Tempo de Histórias**, nº 22, vol. 01, p. 56 – 77, 2013 (b).

FOURSHEY, Catherine, Cymone; GONZALES, Rhonda M.; SAIDI, Christine. **África Bantu: De 3500 a.C. até o presente**. Petrópolis: Vozes, 2019.

FRANÇA, Cyntia Simioni. Memória como meio de produção de conhecimentos históricos. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.12, n 23, p. 289 – 316, 2020.

FONSECA, Danilo Ferreira da. As Concepções Etnocêntricas do Genocídio de Ruanda: A negação do Sujeito Histórico Ruandês. Sankofa. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, Vol. IV, nº 7, p.29 – 44, 2011.

GOUREVITCH, Philip. **Gostaríamos de informá-lo de que Amanhã Seremos Mortos com Nossas Famílias: Histórias de Ruanda**. Tradução José Geraldo Couto – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HATZFELD, Jean. **Uma temporada de facões: relatos do genocídio em Ruanda**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ILIBAGIZA, Immaculée. **Sobrevivi para contar**. São Paulo: Fontanar, 2008.

KAPUSCINSKI, Ryszard. **Ébano: minha vida na África**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

KAPOYA, Vincent B. **A experiência Africana**. Petrópolis: Vozes, 2015.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra. Vol I**. Mem Martins (Portugal): Biblioteca Universitária, 2002.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LIMA, Ivaldo Marciano. Ensino de História, África e Brasil: Entre Conceitos e Estereótipos. **Revista TEL**, Irati, v. 10, n.1, p. 41-69, jan. /jun. 2019.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Black Earth Rising: Ruanda e a História do tempo presente. **Perspectivas e Diálogos**: Revista de História Social e Práticas de Ensino, Caetité, vol. 6, n.12, p.133-150, 2023.

LIMA, Ivaldo Marciano de França et al. A África sob as lentes da raça: sans, mandjakus, vambalundu – os limites da antropologia e da história para compreender os fenômenos e eventos no continente africano. Mimeo/ s/d.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. **África, entre a representação e a coisa representada: Ruanda, 1994. Tese apresentada para progressão de carreira, de adjunto para titular**. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, 2024, mimeo.

MAGNOLI, Demétrio. Os três filhos de Gihanga. In: MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de Sangue: história do pensamento racial**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAMDANI, Mahmood. **When Victims Become Killers: Colonialism, Nativism, and the Genocide in Rwanda**. New Jersey: Princeton University Press, 2002.

MUKASONGA, Scholastique. **A mulher de pés descalços**. São Paulo: Editora Nós, 2017 (a).

MUKASONGA, Scholastique. **Baratas**. São Paulo: Editora Nós, 2018.

MUKASONGA, Scholastique. **Nossa Senhora do Nilo**. São Paulo: Editora Nós, 2017 (b).

MOREIRA, Igor. O Espaço Africano. **Ciências & Letras**. nº 21/22, p. 15-28, 1998.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2013.

NOVA, Cristiane. O cinema e conhecimento da história. **O Olho da história: Revista de História Contemporânea**, Salvador, n.3, p. 217-234, nov. 1996

NÓVOA, Jorge; FRESSATO, Soleni; FEIGELSON, Kristian. **Cinematógrafo: um olhar sobre a história**. Salvador; São Paulo, SP: EDUFBA; Ed. UNESP; 2009.

PALMEIRA, Miguel. Braudel e a longa duração. **Revista de História**. São Paulo, 17 de abril de 2020. Trad. Ana Maria Camargo. *Revista de História*, vol. 30, n. 62, abril-junho de 1965, p. 261-194.

PAULA, Luiz Augusto Módolo de. **Genocídio e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda**. Curitiba: Ed. Appris, 2014.

PEDRAZANI, Viviane. A memória como objeto de (Re) construção do passado: um debate teórico. **Revista Humana Res**, V. 1, n.1, p. 66-80, 2019.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

POLLAK, Michel. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p.200 – 212, 2012.

ROCHA, Everaldo. **O que é mito**. São Paulo: Brasiliense, 1996

ROSENSTONE, Robert. História em imagens, história em palavras: reflexões sobre as possibilidades de plasmar a história em imagens. **O Olho da história: Revista de História Contemporânea**, Salvador, n.5, p. 105-116, set. 1998.

SANTOS JÚNIOR, Natalício Batista dos. Ódio nas Mãos. **Revista Belas Artes**, v. 2, p. 1-14, 2010.

SILVA, Taise Alves da. Entre Ruanda e as estereotípias: as narrativas de Hollywood. **Dados de África, Alagoinhas**, vol. 3 nº 5 p. 91-112, jun. 2022.

SITBON, Michel. Ruanda. **Um genocídio na consciência**. Lisboa: Edições Dinossauro, 2000.

VANSINA, Jan. **Le Rwanda ancien. Le royaume nyiginya**. Paris: Éditions Karthala, 2012.

VANSINA, Jan. **Oral tradition as History**. London: The University of Wisconsin Press, 1985.

FONTES

BLACK Earth rising. Direção de Hugo Blick. Inglaterra: NETFLIX, 2018, 8 episódios (480 min.), son., color.